



**Universidade
Católica de Brasília**

**Pró-Reitoria Acadêmica
Escola de Saúde e Medicina
Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Psicologia**

**VAI TER CORAGEM?
Uma descrição fenomenológica da relação entre
maternidade e trabalho**

**Autora: Isabela Parente Quadrelli
Orientadora: Professora Dra. Ondina Pena Pereira**

**Brasília - DF
2016**

ISABELA PARENTE QUADRELLI

VAI TER CORAGEM?

Uma descrição fenomenológica da relação entre maternidade e trabalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu Mestrado em Psicologia, da Universidade Católica de Brasília, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientadora: Professora Doutora Ondina Pena Pereira

Brasília
2016

Q1v

Quadrelli, Isabela Parente.

Vai ter coragem? Uma descrição fenomenológica da relação entre maternidade e trabalho. / Isabela Parente Quadrelli – 2016.

88 f.; il.: 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Ondina Pena Pereira

1. Psicologia. 2. Maternidade. 3. Trabalho. 4. Fenomenologia. I. Pereira, Ondina Pena, orient. II. Título.

CDU 159.9-055.2

Ficha elaborada pela Biblioteca Pós-Graduação da UCB

Aos meus filhos, Felipe e Cecília, que me deram a coragem que eu precisava para lutar por voos mais livres.

AGRADECIMENTOS

A Deus, de modo muito zeloso sempre guiou meus caminhos e me deu coragem para voar diante dos abismos que me foram apresentados, guiando meus voos para lugares inimagináveis mesmo diante de tempestades e tribulações. À Ele, meu agradecimento especial por ter tecido muito carinhosamente as minhas asas e, por mais que vacile em alguns voos, está sempre com Tua mão a me sustentar.

Ao meu esposo José, que voa comigo há um precioso tempo, me motivando e me apoiando, sempre me dizendo que sou capaz de voar, nas muitas vezes em que penso não conseguir. Ele que usa suas próprias asas incansáveis vezes para me guardar e proteger.

Aos meus filhos, Felipe e Cecília, que me fizeram pousar no solo desconhecido da maternidade e me mostraram as delícias e os desafios de ser mãe. Com eles voo livre e feliz por ter um ninho para onde voltar.

Ao meu pai José e minha mãe Maria Cristina, eles que me ensinaram meus primeiros voos, com muito esforço, dedicação e simplicidade e me deram as condições para que meu voo chegasse até aqui.

À minha irmã Leonora. Sua força e ousadia me inspiraram e mostraram que nem todos os voos são fáceis, mas são recompensados com as vistas singulares, que só quem ousou foi capaz de ver.

As minhas queridas amigas, que há mais de vinte anos acompanham minhas partidas e aterrissagens em terras desconhecidas, sem perspectivas ou promissoras. Acompanharam de perto as transformações que cada voo me causou e mantiveram-se firmes à minha espera, torcendo para que tivesse sucesso e que, principalmente, estivesse feliz.

Aos amigos da Equipe de Nossa Senhora, que intercederam por mim e ouviram meus dilemas, dificuldades e conflitos em voar na maternidade trabalhadora, ou só na maternidade, que já é um voo e tanto.

Aos amigos dos estudos, Amélia, Victor e Leidiane, que me viram angustiada e sempre tiveram palavras de tranquilidade para me acalmar nas turbulências.

À Ondina, que me mostrou outras rotas, das quais não consigo mais sair, e contribuiu para que meu voo fosse também a favor daquelas (es) que não sabem ou são impedidos de ir mais longe.

À Marta e Celia, pelos conselhos de rota que melhoraram meu plano de voo e contribuíram para uma viagem mais segura.

À querida Luciana Meneses, sempre prestativa e disponível, ajudando-me com a língua inglesa. Assim como minha amada irmã, que também me prestou suas consultorias.

À Ludmila Elias, que atuou como meu diário de bordo e minha caixa preta, recebendo e guardando informações, sentimentos e emoções que não partilhei com mais ninguém.

Às mulheres mães e trabalhadoras que tentaram, mas não conseguiram participar da pesquisa por circunstâncias e dilemas que motivaram sua realização.

Às mulheres mães e trabalhadoras deste estudo, que permitiram que este voo particular, tão adiado e desejado, tivesse, enfim, ponto de chegada e cujos pontos de partida partilhamos.

RESUMO

Referência: PARENTE, Isabela. **“Vai ter Coragem?”**: uma descrição fenomenológica da relação entre maternidade e trabalho. 2016. Dissertação. (Psicologia). Universidade Católica de Brasília. Brasília. 2016.

A presente pesquisa teve como objetivo descrever fenomenologicamente a experiência da maternidade aliada ao trabalho. Para tanto, foi estruturado um grupo focal que permitisse um espaço de fala e reflexão de cinco mulheres, mães, esposas e trabalhadoras (remuneradas). A experiência compartilhada das mães trabalhadoras revelou que o exercício profissional é uma grande fonte de satisfação, não tendo sofrido prejuízos com a chegada dos filhos, muito embora as condições de trabalho não sejam efetivamente acolhedoras da mulher mãe e trabalhadora desde o momento da gestação, ou até mesmo, antes dela. As tarefas domésticas apresentaram-se como uma grande fonte de cansaço e sobrecarga de atividades, muitas vezes impedindo o contato com os filhos e o esposo. A própria conjugalidade evidenciou-se como fortemente prejudicada com a chegada dos filhos, uma vez que as mulheres dedicam a maior parte do tempo fora do trabalho para os filhos e as tarefas domésticas. A experiência da maternidade trabalhadora é vivida de modo paradoxal, já que as mulheres gostam de trabalhar e gostam de ser mães, mas vivem em uma cultura que ainda entende como prioridade para as mulheres o espaço privado e doméstico. Sendo assim, a maternidade aliada ao trabalho é experimentada como desafiadora, difícil e pesada, requerendo das mulheres, mães, esposas e trabalhadoras coragem para enfrentar as exigências de atividades do dia-a-dia, bem como de uma cultura que não valida efetivamente as mulheres em outras funções para além da maternidade.

Palavras-chave: Maternidade. Trabalho. Fenomenologia.

ABSTRACT

Referência: PARENTE, Isabela. **“Vai ter Coragem?”**: uma descrição fenomenológica da relação entre maternidade e trabalho. 2016. Dissertação. (Psicologia). Universidade Católica de Brasília. Brasília. 2016.

The present research aimed to describe phenomenologically the experience of maternity combined with work. Therefore, a focal group was structured to consent a space for dialogue and reflection for five women, mothers, wives and (remunerated) workers. The shared experience of the working mothers revealed that the professional exercise is a great source of satisfaction, with no prejudice with children arrival; even though the work conditions have not been really harbored to the working mothers by the time of pregnancy or, even, before it. The housework was presented as a big source of fatigue and activity overcharging that often prevented the contact with the children and husbands. Similarly, it became clear that the marriage relationship was compromised with children arrival, since the women dedicate most part of their time out of work for housework or motherhood. The experience of working maternity is lived paradoxically. Women involved in this study enjoy working and being mothers. However, they live in a culture that still comprehends the priorities of women as the private and domestic space. Therefore, maternity combined with work is experimented as a challenging, difficult and hard, requiring of this women, mothers, wives and workers courage to face the demanding of daily activities and also a culture that doesn't effectively support women being beyond maternity.

Keywords: Maternity. Work. Phenomenology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 “QUANDO NASCE UM FILHO, NASCE UMA MÃE”... E TAMBÉM UMA PESQUISADORA	8
1.2 AS MULHERES DE HOJE: PASSADO E PRESENTE NO MESMO CENÁRIO	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 AS MULHERES NA HISTÓRIA	13
2.2 PARA UM FILHO AMADO, UMA MÃE AMÁVEL	17
2.4 PARA ALÉM DA MATERNIDADE	20
2.5 MULHERES: “PONHAM-SE EM SEUS LUGARES”	21
2.6 A FENOMENOLOGIA: O RETORNO ÀS COISAS MESMAS	22
3 MÉTODO	28
3.1 A FENOMENOLOGIA COMO MÉTODO	28
3.2 O GRUPO FOCAL: ESPAÇO DE FALA, REFLEXÃO E TOMADA DE CONSCIÊNCIA	31
3.3 AS MULHERES MÃES E TRABALHADORAS (E ESPOSAS)	33
3.4 OS ENCONTROS	35
3.4.1 Primeiro encontro	36
3.4.2 Segundo encontro	36
3.4.3 Terceiro encontro	37
3.4.4 Quarto encontro	37
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	38
4.1 A GESTAÇÃO TRABALHADORA: PREFERÊNCIA NOS ASSENTOS, MAS NÃO NOS ESTABELECIMENTOS PROFISSIONAIS	38
4.2 “MULHER MARAVILHA”: A DIFÍCIL MANUTENÇÃO DA MULHER, DA TRABALHADORA E DA ESPOSA DIANTE DA MÃE	49
4.3 ESTADO CIVIL: CANSADA	56
4.4 O VIVIDO SILENCIOSO E SOLITÁRIO	65
4.5 “O MUNDO É NÃO AQUILO QUE EU PENSO, MAS AQUILO QUE EU VIVO” ..	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
APÊNDICE A – Cartaz de divulgação do Grupo Focal	87
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	88

1 INTRODUÇÃO

A motivação para a investigação do tema maternidade e trabalho surgiu de minha experiência pessoal como mulher, mãe e trabalhadora. Antes de entrar no período de licença maternidade, jamais tinha me chamado a atenção a pressão social que as mães vivem para permanecerem nos cuidados exclusivos com seus bebês. Essa exclusividade nos cuidados dificultaria a execução de uma atividade formalmente remunerada, com carteira assinada, por exemplo.

Desse modo, envolvi-me em um dilema que me foi imposto, uma vez que minha realidade financeira não me permitia decidir por continuar exclusivamente com meus filhos e, ainda, tinha interesse pessoal em continuar trabalhando por considerar uma importante fonte de satisfação. Nesse contexto, ouvi repetidas vezes a pergunta "Vai ter coragem?", relacionada ao fato de deixar meus filhos na creche ainda bebês para poder trabalhar.

Ora, por qual motivo é preciso ter coragem para trabalhar quando se tem filhos? Estaria a resposta na dificuldade de separação dos filhos ainda pequenos? Ou na necessidade de enfrentamento de uma sociedade que irá condenar a mãe por essa atitude? Ou, ainda, por ser tão inadequado o ato de deixar os filhos aos cuidados de outras pessoas?

1.1 “QUANDO NASCE UM FILHO, NASCE UMA MÃE”... E TAMBÉM UMA PESQUISADORA

Quando tive a oportunidade de ingressar no mestrado em Psicologia, tinha as perguntas listadas acima muito presentes em minhas reflexões a respeito da maternidade e do trabalho. Não tive dúvidas sobre qual fenômeno gostaria de investigar enquanto pesquisadora. Aliás, acredito que a própria experiência como mulher, mãe e trabalhadora tenha me impulsionado a investigar esta temática e ingressar no mestrado em Psicologia.

Ao invés de individualizar minhas percepções, sentimentos e experiências sobre a maternidade trabalhadora, considerei importante tornar a problemática um objeto de estudo científico, tornando pública, notória, pensada, refletida e debatida essa realidade vivida por tantas mulheres ao longo da história. Era imprescindível tornar visíveis as lutas, conflitos, desejos, amores e possibilidades das mulheres trabalhadoras e mães como eu.

Sendo assim, escolhi como título do trabalho a mesma pergunta que me fizeram tantas vezes, acrescido da contribuição da fenomenologia a qual norteou minhas investigações: "Vai ter coragem? Uma descrição fenomenológica da relação entre maternidade e trabalho".

1.2 AS MULHERES DE HOJE: PASSADO E PRESENTE NO MESMO CENÁRIO

A pergunta “Vai ter coragem?” traz à tona uma ideologia social sobre o comportamento da mulher como sendo, prioritariamente, mãe. Pressupõe-se que a mulher tem destinação para a maternidade e que, sendo mãe, deve se dedicar exclusivamente aos cuidados dos filhos (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007).

É surpreendente verificar a existência de percepções tão estigmatizantes e estereotipadas do comportamento das mulheres em um momento em que sua inserção no mercado de trabalho é um fato (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001, 2011). A Síntese dos Indicadores Sociais, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulgada em 2009 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2009), indica o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, de 42% para 47% entre os anos de 1998 e 2008. Apresenta, ainda, aumento significativo para as mulheres entre 15 e 19 anos, com 42,5% das jovens nessa faixa etária ocupadas. O índice é acompanhado de uma taxa de frequência à escola de 70%. Ainda de acordo com a pesquisa, as mulheres brasileiras têm iniciado atividades profissionais mais cedo e acumulado precocemente as responsabilidades com as tarefas domésticas, estudos e trabalho.

Em 2013, a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013), indicou uma proporção de mulheres maiores de 16 anos ocupadas em trabalhos formais de 55,8%. Sendo o percentual de 57,9% para homens na mesma situação.

De acordo com o Anuário de 2013 das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas realizado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2013) houve um crescimento de 27,3% na taxa de mulheres ocupadas nestas atividades do período de 2001 a 2011, sendo que a taxa de crescimento total foi de 22,9%.

Infelizmente, essa facticidade da mulher trabalhadora não é acompanhada por alterações efetivas e sistêmicas nos modos de se pensar e entender as mulheres em suas diversas maneiras de ser e existir no mundo. Nesse sentido, a ocupação laboral não descarta ou ameniza outras ocupações histórica e culturalmente destinadas às mulheres (ÁVILA; PORTES, 2012) como: cuidadora do lar (dona-de-casa), dos filhos (mãe) e do companheiro (esposa). Tal percepção é direcionada mesmo às mulheres pobres para as quais trabalhar não é, necessariamente, um movimento emancipatório ou reivindicatório de igualdades e direitos, mas, sobretudo, estratégia de sobrevivência.

As mulheres trabalhadoras (de classe baixa ou alta) passam grande parte do dia longe do lar e há uma pressão social para que mantenham o mesmo “padrão” de qualidade no atendimento às tarefas domésticas, conjugais e, especialmente, no cuidado com os filhos (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009). É natural, diante desse contexto, uma vivência no mínimo estressante do trabalho, da maternidade e/ou da conjugalidade (ALMEIDA, 2007).

Ora bem sucedida profissionalmente, a mulher precisa abrir mão do tempo, atenção e convívio com os filhos. Ora tendo mais tempo com os filhos, precisa declinar diante de propostas de funções mais elevadas ou de mais funções/atividades no trabalho. O que se impõe é uma escolha em uma estrada, onde os caminhos parecem ser excludentes e concorrentes: ou boa mãe ou boa profissional.

Essa realidade pode ser percebida nas entrevistas de emprego. Após investigar por aspectos acadêmicos e profissionais, é comum o entrevistador questionar sobre a vida pessoal da candidata. Nesta investigação algumas perguntas são rotina, como: “Possui filhos?”, “Quantos?”, “Com quem eles ficam para você poder trabalhar?”. A resposta a esses questionamentos, se não for muito bem articulada, embora ainda verdadeira, pode indicar uma reprovação no processo seletivo. Além da ideia de que quanto mais filhos, menor a disponibilidade para o trabalho, a necessidade de ter um encaminhamento certo, claro e definido dessas crianças durante o horário de trabalho é uma obrigatoriedade.

Pude verificar tal aspecto, recentemente, em uma entrevista de emprego em que o selecionador me questionou se meu esposo ficaria com “meus” filhos para eu poder trabalhar. Tal verbalização denuncia o estereótipo da mulher como responsável pelos cuidados dos filhos, sendo o pai um mero ajudante ou apoiador.

Sendo assim, percebe-se um discurso social ambivalente: o mercado de trabalho exige uma mulher dedicada às suas funções laborais dentro de uma sociedade que ainda compreende essa mulher como mãe e, portanto, dedicada aos filhos. Os vieses produtivo e capitalista das empresas oferecem pouco espaço para uma trabalhadora que não está integralmente focada em suas atividades laborais. A profissional mãe não pode prejudicar seu ofício em virtude dos filhos.

O estudo conduzido por Bruschini e Ricoldi (2009) com mulheres trabalhadoras de baixa renda demonstraram que grande parte das mulheres entrevistadas precisou abrir mão de seus trabalhos formalmente remunerados para dedicarem mais tempo aos filhos ou, pelo menos, assumir atividades autônomas que lhes conferissem maior flexibilidade de horário.

A pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2014, p. 5 e 6), que trata da tolerância social à violência contra a mulher no Brasil, traz dados de uma

sociedade que ainda mantém padrões absolutamente machistas e de opressão feminina, entendendo que “os homens devem ser a cabeça do lar” (63,8% do total de 3810 entrevistados que concordam total ou parcialmente com a afirmação) ou que “toda mulher sonha em se casar” (78,7% dos entrevistados).

São tendências como as detectadas pela pesquisa que preconizam uma mulher que precisa casar, ter filhos e, obviamente, cuidar deles. A vida profissional acontece, dessa forma, em meio a um arranjo entre seus diferentes papéis. Mas os papéis de dona de casa, mãe e esposa não podem sucumbir ao trabalho, já que são essas, “verdadeiramente”, as atividades que uma mulher deve desempenhar.

Denota-se, assim, que o trabalho da mulher não pode ser uma escolha, uma realização, um prazer, mas uma necessidade frente às demandas econômico-financeiras das diversas constituições familiares. O que seria falso, como demonstra o estudo de Rocha-Coutinho e Losada (2007), em que as entrevistadas entendem o trabalho como realização pessoal. No entanto, o ranço histórico da determinação funcional da mulher ainda é fortemente trazido na fala das entrevistadas.

Percebe-se que o ingresso da mulher no mercado de trabalho, aliado à manutenção de seus demais papéis sociais, tem sido investigado por diferentes estudos e análises estatísticas. No entanto, ainda são necessárias investigações que se dedicam à leitura dessa vivência por suas protagonistas: as mães trabalhadoras. Isso porque alguns questionamentos ainda permanecem carentes de respostas por parte das personagens desses roteiros.

Como estas experiências são vividas pelas mães trabalhadoras? Como se sentem ao dedicarem a maior parte de seu tempo ao trabalho enquanto seus filhos ficam sob os cuidados de outras mulheres? Mulheres estas que, muitas vezes, deixam seus próprios filhos para cuidarem de outras crianças. Quais sentimentos são gerados por essa dicotomia mãe *versus* profissional que vivem (se é que vivem)?

Ouvir as mães e trabalhadoras envolvidas em seus mais variados papéis é extremamente importante para compreender como esse jogo de expectativas, imposições, escolhas e não escolhas, vontades, desejos e impedimentos refletem nos afetos, sentimentos e emoções dessas personagens tão protagonistas de suas próprias histórias, mas recebidas socialmente como antagonistas de seus contextos familiares.

Sendo assim, o presente trabalho teve como objetivo descrever fenomenologicamente a relação entre maternidade e trabalho, na perspectiva das mulheres que a experimentaram. De modo específico, pretendeu-se compreender a experiência da maternidade por mulheres que exercem atividade profissional remunerada; a experiência do exercício profissional aliado à

maternidade e suas exigências; compreender como se dá o arranjo das tarefas do lar, atividade profissional e cuidados maternos e, ainda, os sentimentos vividos pelas mães trabalhadoras diante da jornada tripla de atividades.

Desse modo, como ressalta Selem (2013, p. 14), é importante localizar as mulheres mães e trabalhadoras “como sujeitos de seu próprio discurso”, oferecendo-lhes, por meio desta pesquisa, espaço de compartilhamento de experiências, de apropriação e reflexão de suas próprias vivências.

Por ser uma pesquisadora verdadeiramente implicada com meu objeto de estudo (e qual pesquisador não está?), fez-se muito importante o distanciamento, ou seja, o exercício da *epokhé*, preconizado pela Fenomenologia (BELLO, 2006), para que eu pudesse guiar-me pela experiência singular das mães entrevistadas. Uma vez tendo clareza daquilo que me afeta neste estudo, tive possibilidade de reconhecer estes aspectos e suspendê-los, colocando minhas percepções e afetamentos entre parênteses e voltando-me mais livre e aberta ao fenômeno em si (ZILLES, 2002).

As epistemologias feministas, os estudos etnográficos, de alteridade e poder e da Psicologia do Gênero são outras fundamentações teóricas que também embasaram a compreensão da realidade social e histórica da relação entre maternidade e trabalho.

Para compreendermos as determinações sociais vivenciadas pelas mulheres, o presente estudo traz, primeiramente, um retorno ao passado, longínquo ou recente, para nos apercebermos dos movimentos que instauraram os diferentes papéis das mulheres ao longo da história.

Posteriormente, é apresentado um panorama das mulheres trabalhadoras na história brasileira até os dias atuais. Em seguida, é realizada uma breve imersão na fenomenologia de modo a compreender o referencial teórico que norteará a análise dos relatos das participantes da pesquisa. Posteriormente, são descritos os aspectos metodológicos relacionados ao estudo. E, por fim, são descritos os resultados do trabalho de campo e discutidos à luz dos referenciais teóricos relacionados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS MULHERES NA HISTÓRIA

Na antiguidade, como trata Badinter (1985), as mulheres e seus filhos possuíam o mesmo valor e direitos. Ou melhor, não possuíam. O patriarcado data desde este período e delineava os homens como responsáveis e tutores de sua família (esposa e filhos) e, é claro, nela agia, mandava e exigia conforme suas necessidades, aspirações e convicções. Tem-se no pensamento aristotélico fortes legitimadores deste poderio androcêntrico, uma vez que o filósofo e outros como Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, consideravam o homem essencialmente divino devido à sua semelhança com o próprio Deus e das características superiores como força, inteligência e sabedoria (NASCIMENTO, 1997).

Ao longo do tempo, de acordo com Badinter (1985), a inferioridade das mulheres é substituída por uma percepção demoníaca. Mais tarde, em virtude da influência das doutrinas religiosas, como ressaltam Silva e Medeiros (2014), o discurso religioso traz Eva (mulher) como pecadora, tendo corrompido Adão (homem) levando-o a pecar.

A influência do pensamento religioso sobre a percepção das mulheres e homens é característico da Idade Média. Neste período, emerge a representação das mulheres como castas, submissas e obedientes, numa tentativa de rendição diante do pecado original, cometido por Eva (mulher primeira). Não é de se estranhar, então, que os homens fossem autorizados e entendidos socialmente como os mais capacitados para a chefia do lar, da família e das atividades políticas e sociais.

A partir do século XIII, as mulheres passam a ser compreendidas como submissas em virtude de sua fraqueza e fragilidade corporais (BADINTER, 1985). Por vezes, são consideradas como inválidas e, por consequência, precisam de alguém que as oriente, guie e pense por elas. Está declarada a supremacia marital e a inutilidade das mulheres dentro do contexto doméstico, notadamente nos séculos XVII e XVIII.

Neste período, os homens são pais, maridos e reis, dominando os contextos sociais mais significativos (família e estado). As mulheres são superiores aos filhos. Mas, estão submetidas às orientações e leis de seus esposos (NARVAZ; KOLLER, 2006). O que ainda não lhes imputa suficiente liberdade ou autonomia que pudesse lhes trazer maior representatividade.

Nesse sentido, também não possuem um papel significativo como mães, senão o de gerar os filhos de seus esposos, já que os filhos são propriedade deles. Atividades maternas tão comuns atualmente como amamentar e dedicar-se aos cuidados do bebê eram tidas como

vulgares ou inapropriadas neste período (BADINTER, 1985). O ato de amamentar era rejeitado sob diferentes argumentos: colocaria em risco a integridade física das mães (em virtude da sua fraqueza natural); prejudicaria a beleza de seus corpos, “bem essencial” (BADINTER, 1985, p. 95); configurava-se como um comportamento indigno das mulheres nobres, uma vez que “amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não se pertencia à melhor sociedade” (p. 96) e distanciava as mulheres das relações sexuais com o marido.

Desse modo, após o nascimento do bebê, era prática consolidada na Europa enviar os bebês ainda muito pequenos (menos de 10 dias) às amas de leite que eram pagas por esse serviço. As crianças só retornavam com quatro ou cinco anos, quando conseguiam sobreviver. Embora essa concepção fosse muito bem difundida pela burguesia, mulheres mais pobres também mantinham o costume de enviar seus filhos a amas de leite para serem, elas mesmas, amas de leite remuneradas (ARIÉS, 1981). No Brasil colônia, a prática foi amplamente reproduzida até metade do século XIX, sendo a tarefa exercida pelas escravas, conhecidas como “mães pretas” (SEGATO, 2007).

A terceirização da amamentação pelas mulheres deste período é fundamental para compreendermos a posterior emancipação feminina dentro de seus próprios lares. A falta de cuidados das amas com sua higiene pessoal e dos bebês, os precários mecanismos de transporte destes bebês aos locais de residência das amas contratadas (nem sempre próximos de suas mães biológicas) aliados ao não contato das famílias com as amas a quem “confiaram” os cuidados dos seus rebentos acabou elevando fortemente a mortalidade infantil na Europa (BADINTER, 1985; VINAGRE; DINIZ; VAZ, 2001). Tal aspecto tornou-se, então, questão de ordem pública, sobre o qual retornaremos mais adiante.

Continuando o traçado histórico das mulheres na sociedade europeia, chegamos às determinações para a união formal de casais. Uniões clandestinas tornam-se inaceitáveis em virtude da não proteção divina sobre o casal e pela ausência da autorização dos pais. Além disso, a moça só seria desposada mediante dote significativo para sua classe social (BADINTER, 1985). Caso não tivesse dote em valor sedutor, continuaria sob a autoridade dos pais.

Instaura-se a necessidade de casamento para as mulheres, de forma a terem boas condições de vida e, além disso, concederem essas mesmas boas condições aos seus pais. Essa dinâmica era afim às classes sociais mais abastadas. Mulheres de classes sociais menos favorecidas trabalhavam para conseguir o sustento familiar, uma vez que não teriam condições de oferecer um bom dote para um pretendente a marido que lhes garantissem uma vida agradável. O fato de trabalharem afastava-as ainda mais da possibilidade de casamento,

uma vez que a prática de um trabalho público pelas mulheres era compreendido como algo vulgar e pouco apropriado.

Pateman (1993) considera que o contrato de casamento, cada vez mais presente no final do século XVIII, dá maior visibilidade ao casal. Assim como os contratos com os seus servos, também no casamento um senhor contratava uma esposa que se tornaria responsável pelos cuidados do lar, filhos e esposo.

D’Incao (2013) nos mostra que a modernização das cidades brasileiras, ao final do século XVIII e início do século XIX, acabou por tornar mais íntimo e valorizado o espaço familiar (burguês). Embora as casas mais ricas se abrissem para uma vida social mais movimentada, ainda mantinha-se a intimidade. As mulheres, com isso, puderam conviver mais socialmente. No entanto, essa sociabilidade das mulheres veio acompanhada de mais vigilantes para seus modos e comportamentos. Se antes era controlada por seu esposo ou pai, agora, participando da vida social burguesa, as mulheres eram mantidas sob os atentos olhares de todos os seus participantes.

O casamento, dessa forma, tornou-se via de acesso a classes mais altas ou mantenedor do status familiar. Como nos traz D’Incao (2013, p. 229), as mulheres recebiam uma função diante da possibilidade de casamento: “contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães”.

Diante dessa necessidade casamenteira, Pateman (2003) traz a instituição dos contratos de casamento como estratégia civil de promoção da liberdade das mulheres para sujeição ou não a este contrato. Ou seja, como a sociedade civil da época baseava-se nos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade, e as mulheres estavam “livres” para submeterem-se ou não ao contrato de casamento.

Nesse sentido, as mulheres adquirem relativa liberdade na decisão de unirem-se ou não em casamento com outros homens. Badinter (1985) considera que os contratos de casamento foram o início de uma autêntica autonomia das mulheres em seus lares. A união consciente dos casais e não mais por acordos financeiros que beneficiassem as famílias dos nubentes desencadearia, de acordo com a autora, uma percepção da família e da relação conjugal como um lugar de afeto, como comenta: “o novo casamento será o lugar privilegiado da felicidade” (p. 178).

No entanto, ressalta-se a liberdade relativa nesse processo, uma vez que as mulheres não casadas estariam sujeitas às críticas e discriminações sociais por estarem violando a natureza do seu papel social. Além disso, os contratos de casamento poderiam atender a uma

espécie de responsabilização das esposas pelas condições que encontrariam dentro das relações contratuais firmadas, uma vez que se inseriram nessas relações de “livre e espontânea” vontade.

Fonseca (2013) ressalta que os ideais da família burguesa, pactuados sob contratos civis e com foco na família nuclear, não foram facilmente absorvidos e praticados pelas camadas populares europeias e, também, brasileiras. As classes populares revestiam-se de uma variedade de arranjos familiares (uniões não formalizadas, recasamentos, etc) que iam de encontro ao ideal de família proposto.

A industrialização crescente, a urbanização das cidades e a necessidade de organizar os centros urbanos impulsionou o ideal de família nuclear burguesa, já no início do século XIX. No entanto, as classes populares viviam de maneira cada vez mais pública e menos íntima, em virtude da necessidade de participação no mundo assalariado e de manutenção das despesas familiares.

Desse modo, as mulheres das classes populares não tinham possibilidade de viverem a exclusividade materna das mulheres burguesas e, dessa forma, trabalhavam para contribuir com as despesas familiares ou para manterem seus lares, já que muitas não viviam com os pais ou não contavam com a presença de um esposo trabalhador. As crianças circulavam entre os grupos familiares (avós, tios, padrinhos) de modo que os pais pudessem trabalhar e era comum um parente viver com outros familiares, casados ou não (D’INCAO, 2013; FONSECA, 2013; VENÂNCIO, 2013).

Os diferentes arranjos familiares das camadas populares do início do século XIX poderiam ter denunciado à sociedade a necessidade de adaptação do ideal de família nuclear, íntimo, patriarcal. No entanto, o que ocorreu foi a sobreposição do ideal burguesa como modelo para todas as famílias da época. Quem sofria com essa imposição eram as mulheres e crianças.

Toda prática que desviasse do ideal de família vigente – homens como pais trabalhadores, provedores e protetores e mulheres como mães, zelosas, recatadas e atentas aos filhos e marido – era vítima dos olhares, condenações e julgamentos sociais. Mães solteiras rejeitavam seus filhos ou, se os assumissem, eram rejeitadas por suas famílias e sociedade. As viúvas recasadas viam-se impelidas a rejeitarem seus filhos com o primeiro esposo de modo a não prejudicar a nova relação. As mulheres trabalhadoras eram entendidas como uma afronta à moral, uma vez que não estavam cumprindo suas obrigações familiares de cuidado com os filhos e esposo (D’INCAO, 2013; FONSECA, 2013; RAGO, 2013; VENÂNCIO, 2013).

A moral familiar estava bem definida e difundida, cabia aos pais cuidarem de suas filhas, protegendo-as dos perigos da imoralidade e aos esposos controlarem suas esposas.

2.2 PARA UM FILHO AMADO, UMA MÃE AMÁVEL

A moral familiar supracitada pressupunha o amor e felicidades conjugais, sendo estes a porta de entrada do amor dos pais pelos frutos dessa união, seus filhos. “Desse ponto de vista, exaltam-se interminavelmente as doçuras da maternidade, que deixa de ser dever imposto para se converter na atividade mais invejável e mais doce que uma mulher possa esperar” (BADINTER, 1985, p. 178). Nesse sentido, os cuidados com os filhos que outrora eram considerados abomináveis e inadequados, deveriam, agora, ser praticados com satisfação e devoção.

Ariés (1981), no entanto, considera que os cuidados maternos foram legitimados muito em virtude da necessidade de aproximação das crianças ao seio familiar, em virtude dos prejuízos deste afastamento que vinham sendo demonstrados pelas estatísticas de mortalidade infantil e não escolarização das crianças. Além disso, o movimento higienista teve grande impacto no delineamento das mulheres mães.

O declínio populacional era negativamente percebido pelas autoridades europeias, muito por questões econômicas e políticas. No entanto, a medicina em ascensão começou a tomar parte da “causa” infantil e ingressou nos lares europeus “empoderando” a mãe como principal responsável e mais capacitada para os cuidados com o bebê e a criança (MOURA; ARAÚJO, 2004). Swain (2007) relata que esse momento histórico marca o processo de institucionalização do casamento e da maternidade como definidores do “ser mulher”.

Na realidade brasileira, o processo não foi tão diferente. O discurso médico e a imprensa do século XIX apontavam claramente a necessidade de substituição do padrão de aleitamento realizado pelas “mães pretas”. No entanto, o abandono da prática não foi prontamente realizado (SEGATO, 2007), nem no Brasil, tampouco na Europa.

Badinter (1985) ressalta que o processo de apropriação da maternidade como algo positivo e função essencial das mulheres também não foi um processo simples ou sem relutância por parte delas. Destaca que, “decididamente, os homens foram melhores defensores das causas das mães” (BADINTER, 1985, p.194). A autora comenta, ainda, que foi necessário cerca de um século para que as mulheres se apropriassem do modelo de boa mãe.

Os argumentos para convencer as mulheres a ingressarem na carreira de boas mães são promessas e, posteriormente, ameaças e culpabilização. Ora, sendo ela a principal responsável

pelos cuidados infantis, os insucessos resultantes dessa tarefa só poderiam encontrar na mãe a culpada (NAKANO, 1996). Aliado a este aspecto, a medicina avançava e divulgava os riscos do aleitamento terceirizado ou realizado de maneira inadequada pela própria mãe.

Nesse sentido, a mesma classe de mulheres burguesas que delegavam seus filhos aos (des)cuidados das amas de leite, foi a que mais se apropriou da concepção de mulheres mães. As mulheres burguesas, segundo Badinter (1985), viam na maternidade uma possibilidade de emancipação e empoderamento, mesmo que em um espaço privado.

Às mulheres pobres, que já trabalhavam para garantir sua sobrevivência, a prática da boa mãe era, no mínimo, dificultada pelo exercício do trabalho e havia a impossibilidade de dedicação exclusiva aos filhos (SCAVONE, 2001). Rago (2013, p. 585) traz textos e pensamentos de médicos higienistas, jornalistas, juristas, operários militantes e, até mesmo, feministas que defendiam o trabalho feminino como uma afronta à moral e via de destruição da família em virtude do abandono dos filhos e do lar ou pelo desinteresse em formar uma família.

Ao mesmo tempo em que às mulheres era dada grande relevância e espaço na esfera privada, os homens direcionavam seus esforços para esfera pública e social. As esposas atentas aos seus filhos e os maridos a todo o resto (NUNES, 2011). Quando Badinter (1985, p. 194) destaca os homens como principais defensores das mulheres maternais, acrescenta “a menos que, através deste artifício, não tenham defendido na realidade senão a própria causa”.

Vê-se, mais uma vez, que a emancipação das mulheres (embora ainda no contexto privado) não se dá, necessariamente, pelo entendimento genuíno de suas habilidades para a função. Mas por um jogo de interesses sociais, políticos e econômicos, em geral, representados por homens, praticantes destes poderes.

2.3 GANHA-SE A MÃE, PERDE-SE A MULHER

“O”¹ *zeitgeist* da época era favorável à institucionalização da maternidade como função essencial das e exclusiva para as mulheres. Ou seja, o clima daquele momento histórico (SCHULTZ; SCHULTZ, 2001) conduz para a exaltação das características maternais como fundamentais ao desenvolvimento saudável das crianças.

Nesse sentido, não é a própria mulher, esposa ou mãe que reivindica sua importância nos cuidados com o bebê, mas o homem médico, esposo, autoridade militar ou estatal. Sob

¹ Destaco o artigo que define masculinamente *zeitgeist* para não deixar passar despercebida a influência dos homens nesse processo de disseminação da cultura das mulheres mães.

esta ótica, não é de estranhar que, séculos depois, as mulheres estejam reivindicando o direito da não maternidade, aliado aos demais direitos (a serem) adquiridos (SCAVONE, 2001).

No entanto, o século XX é notoriamente o período das mulheres maternais e com expertise nata para os cuidados com seus pequenos, endossados por estudos como os de Freud e Winnicott, os quais declaravam as influências da mãe no desenvolvimento do bebê e da criança (LOBO, 2008).

Pinsky (2013) traz reportagens, textos de jornais e manifestos públicos da década de 50 que declaram assustadoramente o papel materno e conjugal das mulheres. Como se não bastasse, é difundido o perfil da boa mãe e esposa, a qual precisa submeter-se aos comportamentos e desvios de seu esposo e às necessidades de seus filhos, deixando seus próprios desejos e aspirações de lado em função do bem-estar familiar. Pinsky (2013, p. 627) menciona um trecho de um texto publicado em um jornal da época em que o papel das mulheres mães e esposas são claramente divulgados:

[...] chegamos a acreditar que caiba à mulher maior parcela na felicidade do casal; porque a natureza dotou especialmente o espírito feminino de certas qualidades sem as quais nenhuma espécie de sociedade matrimonial poderia sobreviver bem. Qualidades como paciência, espírito de sacrifício e capacidade para sobrepor os interesses da família aos seus interesses pessoais.

O mesmo texto segue criticando as mulheres que dispensam o matrimônio, caracterizando-as como “de espírito avançado”,

[...] haverá mulheres de espírito avançado que recusem esta teoria sob a alegação de que o casamento, neste caso, não é compensador. A estas, [...] responderiam as esposas felizes –[...] [provando quão compensador] é aceitar o casamento como uma sociedade em que a mulher dá um pouquinho mais.

As mulheres mães e esposas são amplamente defendidas e exaltadas, enquanto as de “espírito avançado”, que insistem em trabalhar e ser menos mães e esposas e um pouco mulheres, são culpadas pelo desequilíbrio familiar. Pinsky (2013, p. 624) também traz textos de revistas direcionadas ao público feminino, ilustrando a percepção que se tinha a respeito das mulheres “avançadas” e do ideal de mulheres mães e esposas:

Lugar de mulher é o lar[...] a tentativa da mulher moderna de viver como um homem durante o dia, e como mulher durante a noite, é a causa de muitos lares infelizes e destruídos.[...] Felizmente, porém, a ambição da maioria das mulheres ainda continua a ser o casamento e a família. Muitas, no entanto, almejam levar uma vida dupla: no trabalho e em casa, como esposa, a fim de demonstrar aos homens que podem competir com eles no seu terreno, o que frequentemente as leva a um eventual repúdio de seu papel feminino. Procurar ser à noite esposa e mãe perfeitas e funcionária exemplar durante o dia requer um esforço excessivo[...]. O resultado é geralmente a confusão e tensão reinantes no lar, em prejuízo dos filhos e da família.

Em um aspecto podemos concordar, a conciliação de várias jornadas requer, realmente, um excessivo esforço, ainda mais quando há cobranças de perfeição na execução de cada uma dessas jornadas. Há metas profissionais a serem alcançadas, ideais maternais a serem preenchidos e expectativas conjugais a serem supridas. Essa alta exigência feminina foi apontada por Rago (2013, p. 592) como compondo a figura da “mãe cívica”, ainda nos anos 20 e 30. As mulheres “maravilha” do século passado tinham como poderes, ou melhor, deveres desenvolver “física, intelectual e moralmente o futuro cidadão da pátria, contribuindo de forma decisiva para o engrandecimento da nação” (RAGO, 2013, p. 592).

Podemos perceber que a “natureza” maternal das mulheres foi tão construída e imposta ao longo dos anos como a “natureza” do poderio androcêntrico. Até aqui, neste percurso histórico realizado a respeito da maternidade, podemos perceber o caráter contextual do papel materno, aglutinando aspectos históricos, sociais, biológicos e culturais na definição da maternidade e seus determinantes. Cultura, história, sociedade e, por que não a biologia, são fortemente andro influenciadas (HARAWAY, 1995). A significação da maternidade é fortemente influenciada pelo saber androcentrado, assim como tantas outras significações, como a das mulheres, que vivemos hoje.

2.4 PARA ALÉM DA MATERNIDADE

No Brasil, a partir da década de 70, período de ascensão do movimento feminista, as mulheres vêm se inserindo cada vez mais no contexto público. A reorganização social e econômica e a própria atuação de movimentos feministas no país são grandes contribuintes para esse trânsito do lar para as ruas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001). Rocha-Coutinho e Losada (2007) consideram que a queda do poder econômico da classe média brasileira nos anos 80, juntamente com o aumento das despesas com educação e saúde, também impulsionaram a saída das mulheres do lar para o exercício de trabalhos remunerados.

Essas transformações contribuíram para que, no final nos anos 90, as mulheres estivessem mais escolarizadas, mais economicamente participativas (31 milhões em 1998, comparados aos 11,4 milhões em 1974), com menos filhos e chefiando individualmente os lares (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2011).

Bruschini, Lombardi e Unbehaum (2006) consideram que a saída das mulheres de casa ainda é realizada em paralelo à responsabilidade pelas tarefas do lar. Percebe-se, desse modo, que a ideologia social de uma mulher mãe e senhora do lar ainda não foi desinstitucionalizada do seio da sociedade brasileira. Essa ambivalência entre a realidade praticada pelas mulheres no cotidiano brasileiro e as ideologias sociais ainda marcadamente androcentradas e

definidoras de mulheres como mães e esposas acabam por gerar conflitos emocionais e pressões psíquicas em algumas mulheres.

Tal aspecto pode ser percebido nos estudos de Lima (2008), Ávila e Portes (2012) e Vanalli e Barhan (2012), os quais trazem as mulheres inseridas no contexto público por meio da prática de um trabalho remunerado, mas com sobrecargas emocionais e físicas consequentes desse equivocado e persistente endereçamento ideológico para as mulheres brasileiras: o lar, a família e os filhos. As mulheres entrevistadas nos estudos destes autores possuem trabalhos e condições econômicas diversas, mas trazem em seus discursos o peso social de suas maternidades não exclusivas.

Ainda que não sejam mães, ou o sejam tardiamente em virtude do investimento em outros papéis, as mulheres dos estudos de Barbosa e Rocha-Coutinho (2007) e Souza e Ferreira (2005) demonstram, também, esse ranço da maternidade como meio singular e pleno de exercício da feminilidade e seus impactantes negativos na autoestima dessas mulheres.

Oliveira e colaboradores (2011) consideram importante a implantação de políticas públicas voltadas para os direitos das trabalhadoras e posturas empresariais que incentivem o engajamento das mulheres mães em empregos formais e com jornada de trabalho integral. Bruschini e colaboradores (2011) ressaltam que, não obstante as mulheres tenham aumentado a participação na população economicamente ativa, ainda é necessária a conquista da igualdade de acesso a cargos de chefia, remuneração e ramo de atividade profissional, por exemplo.

Ainda que seja possível identificar determinantes sociais para o exercício de seus mais variados papéis (vide seções anteriores deste estudo), seja na esfera pública ou privada, culpa, conflitos emocionais, discriminação ou rejeição ainda são sentimentos ou situações vividos por mulheres que militam um ir, vir e existir livres e autônomos.

2.5 MULHERES: “PONHAM-SE EM SEUS LUGARES”

Como pudemos ver, contamos com uma percepção social que ainda determina fortemente o espaço privado como endereço mais “natural” das mulheres. Isso em um país que desde sua colonização contou com mulheres trabalhadoras e que conta, atualmente, com uma mulher na presidência da república (dentre tantos outros exemplos).

A insistência em manutenção da mulher no espaço privado denuncia ideologias sociais desatualizadas e estagnadas em um passado que persiste presente devido à acídia social para reconhecer e legitimar as mulheres como pessoas, em suas múltiplas e variadas possibilidades de atuação social.

Timm, Pereira e Gontijo (2011) relatam a importância de uma atuação profissional/social mais politicamente engajada e que contemple todo o ranço histórico do qual padecem as mulheres atuais, quando da intervenção junto a mulheres. Considerando o contexto da clínica psicológica, as autoras alertam que a “história dessa prática, que é hegemônica, atomiza, dissocia, fragmenta e patologiza a experiência subjetiva como se ela não estivesse relacionada ao contexto social, como se tudo se tratasse de questão de ‘foro íntimo’” (TIM; PEREIRA; GONTIJO, 2011, p. 231).

Nesse sentido, o espaço íntimo, privado, torna-se palco de diversas modalidades de violência contra as mulheres, como ressaltam as autoras. É fundamental, portanto, contextualizar as experiências das mulheres, politizar o privado e possibilitar autonomia às mulheres que se tornaram figurantes em seus espaços privados, quase privativos.

Sendo assim, é importante uma atuação política quanto ao trabalho feminino, legitimando e tornando-o equânime em relação ao trabalho masculino; quanto ao exercício da maternidade e à vida conjugal como escolhas e não como deveres e quanto à liberdade de comportamento das mulheres, que não seja orientada por regras e padrões que a submetem e silenciam. Desse modo, as mulheres tem mais possibilidades de decidir livre e conscientemente o lugar que deseja estar e a pessoa que deseja ser. Entendendo, assim, que o “seu” lugar, é aquele que ela escolher.

Por se tratar de uma pesquisa em que a voz das mulheres, mães e trabalhadoras foi ouvida para compreensão de suas experiências, a fenomenologia constituiu-se como método que permitiu tal objetivo. Dessa maneira, a seguir, segue uma breve explanação sobre este referencial.

2.6 A FENOMENOLOGIA: O RETORNO ÀS COISAS MESMAS

A Fenomenologia surge na história dos estudos sobre a humanidade como crítica aos rumos que estavam sendo tomados pela ciência ao final do século XIX e meados do século XX. Este período é fortemente marcado pelo positivismo, o qual postula que as ciências sociais ou humanas devem utilizar-se dos mesmos métodos de investigação das ciências naturais (CHAUÍ, 2005; BOCK, FURTADO, TEIXEIRA, 2008.).

O *zeitgeist* dessa época era a cientificidade do conhecimento (SCHULTZ; SCHULTZ, 2001), uma vez que a razão vinha se distanciando cada vez mais das explicações filosóficas, religiosas e transcendentais. A ciência ganhava força. Sob essa ótica, forte era considerado todo conhecimento que se fundamentasse em investigações lógicas, universais, empíricas, mensuráveis e imparciais a respeito do mundo.

Wilhem Wundt (1832-1920) aproveitou-se bem desse momento para inserir a Psicologia no berço das ciências. Para este autor, a consciência era substantiva, contedista, logo, passível de análise por métodos científicos rigorosos (MARX; HILLIX, 2001). Wundt buscava tornar a Psicologia mais própria à Ciência que à Filosofia, retirando-a do campo das especulações filosóficas e introduzindo-a nas investigações lógicas, testáveis e experimentáveis (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008).

Ao mesmo tempo em que Wundt tentava cientificar a Psicologia, propondo o estudo da consciência e seus conteúdos por meio da experimentação, Franz Brentano (1838-1917) propunha o estudo da consciência em ato, ou seja, dos processos mentais (BRENTANO, 2014).

Desse modo, para Brentano, consciência é verbo e não substantivo. Os atos psíquicos são, nesse sentido, vias de significação das situações, experiências, pessoas e objetos com os quais um indivíduo mantém contato ou se relaciona. Sendo assim, o foco de estudo da Psicologia seria a percepção interna (BRENTANO, 2012).

Definem-se, assim, as diferenças entre os dois grandes autores. Embora, Wundt e Brentano fossem contrários ao idealismo, o primeiro caminhava nos percursos da experimentação e da objetividade, enquanto Brentano no da subjetividade e da observação (MACIEL, 2003). A experimentação, a lógica e a neutralidade eram intensos objetivos de Wundt em seu percurso pelo estudo da consciência e dos processos psicológicos. Sua preocupação com a cientificidade das investigações do mundo “psi” o levou a ser considerado como o pai da Psicologia científica (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 2008; MARX; HILIX, 2001; SCHULTZ; SCHULTZ, 2001).

Brentano, por sua vez, insere o tema da intencionalidade da consciência na agenda dos estudos filosóficos e psicológicos (e, por que não, científicos?) (BORIS, 2011). Desse modo, “aquilo que é conhecido existe na mente do sujeito cognoscente na forma de um objeto intencional, de um objeto para o qual ele tende ou é impulsionado pelo seu próprio dinamismo intrínseco” (MACIEL, 2003, p.5). Por isso sua preocupação maior com os atos da consciência e não com seus conteúdos.

A Psicologia científica inaugurada por Wundt atende aos padrões racionais e lógicos da época. O autor apadrinha, dessa forma, os estudos psicológicos que se pretendem igualmente lógicos. Trilhando caminhos diferentes, Brentano inicia um movimento inquietante e pouco palatável para o espírito da época (que ainda é a nossa) que considera a não neutralidade científica e a intencionalidade como processos inerentes à interação do

homem com o mundo que o cerca. Não os nega, mas assume-os e promove o manejo destes quando da investigação e observação dos processos psicológicos.

Ramón (2006) e Boris (2011) trazem as influências das ideias de Brentano nos estudos desenvolvidos na Psicologia da Gestalt, no Humanismo e na Psicanálise freudiana. Autor pouco estudado nos cursos de graduação, Brentano pode ser considerado o pai da Psicologia descritiva, que se dispõe a descrever os fenômenos e a entender “como” eles ocorrem. Distancia-se, dessa forma, de uma Psicologia preocupada com os “o quês” ou “por quês”, a qual, muitas vezes, padroniza e estereotipa os modos de existência humanos. A Psicologia inaugurada por Franz Brentano debruça-se na observação e descrição dos diversos fenômenos, imergindo na compreensão da experiência da vida dos sujeitos.

Além de Brentano, seu aluno Edmund Husserl (1859-1938) apropriou-se da noção de intencionalidade e a expandiu, tornando-se um dos autores mais conhecidos da fenomenologia. Para além do estudo da intencionalidade, Husserl comprometeu-se com a quebra paradigmática em relação à metodologia que vinha sendo empregada para compreender as relações do homem com o mundo e de compreensão do próprio ser humano (MATTHEWS, 2011).

Enquanto o pensamento científico amplamente disseminado propunha um acesso ao homem ou a qualquer objeto de estudo de modo imparcial, distanciado e neutro, Husserl, declaradamente, rejeitava essa possibilidade ao mesmo tempo em que aceitava e propunha a análise da implicação do cientista com o objeto estudado. O autor pressupunha "passar de uma atitude ingênua a uma atitude transcendental na qual a consciência constitui o mundo como fenômeno puro" (ZILLES, 2002, p. 29), dedicando-se, então, a uma compreensão profunda do fenômeno.

Ou seja, Husserl traça os caminhos para uma reforma metodológica da prática científica que reconhece a intencionalidade da consciência na investigação e compreensão dos mais variados fenômenos (CASTRO; GOMES, 2011). Como o próprio autor reflete dizendo:

quem quiser tornar-se filósofo deverá ‘uma vez na vida’ voltar-se para si mesmo e, dentro de si, procurar inverter as ciências admitidas até aqui e tentar reconstruí-las. A filosofia – a sabedoria – é de qualquer forma, um assunto pessoal do filósofo. Ela deve constituir-se como algo dele, ser a sua sabedoria, seu saber, que, embora se volte para o universal, seja adquirida por ele e a qual ele possa ter condições de justificar desde a origem e em cada uma de suas etapas, apoiando-se em suas intuições absolutas (HUSSERL, 2001, p. 20).

Essa reflexão de Husserl é fortemente marcada pelas meditações cartesianas, sendo estas, objeto de análise e crítica na obra citada. As ideias de Descartes sobre a consciência como consciência de alguém marcam sua influência sobre Husserl, uma vez que é um sujeito

que pensa e, logo, existe. É o pensamento desse sujeito que o faz existir, é sua dúvida sobre sua própria existência que o faz ter certeza dela.

No entanto, Husserl, embora influenciado pelo pensamento cartesiano, também distancia-se dele. Descartes devota a verdade, o conhecimento, a razão, ao ser pensante. É ele quem duvida, quem pensa, logo, quem consegue abstrair do mundo natural suas falsidades e enganações. O filósofo ou cientista debruça-se na investigação de um determinado objeto, fazendo julgamentos e análises sobre ele e estabelecendo uma verdade a seu respeito (HUSSERL, 2001).

Husserl propõe por meio do retorno às coisas mesmas, a suspensão dessa verdade absoluta sobre o mundo (HUSSERL, [19--?]). A compreensão do mundo pressupõe que o filósofo possa, de acordo com Husserl (2001, p. 30, grifo meu),

refletir sobre a evidência em questão, avaliar seu alcance e tornar evidentes para **ele** seus limites e seu grau de ‘perfeição’, ou seja, ver a que ponto as coisas **lhe** são realmente mostradas em si mesmas. À medida que houver falha na evidência, não **poderá** querer chegar a nada de definitivo.

Com este movimento de retornar ao mundo para melhor compreendê-lo, o sujeito cognoscente já não é mais o detentor da verdade, como em Descartes. O sujeito também é convidado a duvidar de si mesmo e de suas verdades. Para tanto, precisa suspender suas experiências e conhecimento sobre o mundo para melhor e mais profundamente conhecê-lo (DEPRAZ, 2008).

Nesse mesmo percurso, Husserl encontra em Kant outro influenciador. Como explicitado acima, Husserl considerava a relação do sujeito **com** o mundo como uma via de conhecimento desse sujeito **sobre** o mundo. Do mesmo modo, Kant também compreendia que a representação das coisas do mundo é sempre **para** alguém (MATHEWS, 2011).

Assinala Husserl (2002, p. 60) que

o investigador da natureza não se dá conta de que o fundamento permanente de seu trabalho mental, subjetivo, é o mundo circundante vital, que constantemente é pressuposto como base, como terreno da atividade, sobre o qual suas perguntas e seus métodos de pensar adquirem um sentido.

No entanto, como ressalta Depraz (2008), Kant concedeu demasiada atenção ao sujeito da consciência. Sendo assim, a coisa da qual se tem consciência tornou-se figurante. Para Husserl, o mundo em que se insere o sujeito deve ser considerado, assim como a maneira como esse sujeito percebe e interage com este mundo. O autor busca, dessa forma, compreender o mundo sob a perspectiva do sujeito que o experimenta (HUSSERL, 2002).

Tanto em Descartes como em Kant, o sujeito está sempre singularizando o entendimento sobre o mundo. No entanto, ambos os pensamentos, como lembrado por

Figueiredo (1991), focaram em demasiado o mundo natural e a razão, desconsiderando o mundo transcendental.

As ideias de Husserl pautam-se fortemente, no eu transcendental, para quem o mundo existe. Os seus objetos do mundo encontram-se nele mesmo. Como descrito anteriormente, o mundo encontra neste sujeito um valor e um sentido válidos para **este** sujeito (HUSSERL, 2002, p.43). Assim, cada indivíduo possui um sentido e uma percepção de mundo que lhe foram possíveis por **suas** experiências singulares com este mundo.

Assim compõe-se a ideia da fenomenologia, a qual busca compreender aquilo que se apresenta (mostra) e como se apresenta (mostra) a um sujeito que o percebe, que capta sua apresentação (mostração) (HUSSERL, 1992). Bello (2006) considera a fenomenologia como o estudo aprofundado dos fenômenos, sendo "fenômeno" aquilo que se mostra.

Como trazido por Zilles (2002), Husserl nega que aquilo que é experimentado pelo sujeito não seja uma experiência real do fenômeno. Na fenomenologia husserliana, é necessário realizar o "retorno às coisas mesmas", ou seja, ao fenômeno tal como se apresenta ao sujeito que o experimenta.

Zilles (2002, p. 18) destaca a fenomenologia de Husserl como pura, justamente por considerar os fenômenos puros como sendo “tudo aquilo de que podemos ter consciência, de qualquer modo que seja”. Continua expondo que a preocupação husserliana era o mundo interior, subjetivo, transcendental. O mundo exterior, então, é considerado pelo filósofo como transcendente. Como a preocupação do filósofo era o mundo interior, postulava que não era necessário o acesso ao mundo transcendente para compreender o sujeito transcendental, bastaria compreendê-lo que já se estaria compreendendo o mundo (MATTHEWS, 2011; ZILLES, 2002).

E é nesse transcendentalismo que outro fenomenólogo irá se distanciar dos pensamentos de Husserl, muito embora não lhe seja um opositor. Merleau-Ponty (1908-1961), filósofo francês, foi intensamente influenciado pela fenomenologia pura de Husserl encantando-se pela quebra paradigmática que este teórico promovera, bem como pelos estudos sobre os fenômenos tais como se apresentam a nós (MATTHEWS, 2011).

No entanto, o estudioso francês opunha-se ao ser transcendental, entendendo que a maneira como um fenômeno é representado por alguém depende da relação desse mesmo alguém com este fenômeno. Desse modo, a percepção do fenômeno, embora interior ao sujeito, é realizada na relação dele com o mundo exterior (MERLEAU-PONTY, 1999).

Este pensamento de Merleau-Ponty sofreu influências de um aluno de Husserl, Martin Heidegger (1889-1976), o qual entendia a fenomenologia como uma “maneira de pensar”

sobre o mundo (MATTHEWS, 2011, p. 21). Para Heidegger, um indivíduo só existe em virtude de sua inserção no mundo, de sua relação com ele e da consciência do seu estar no mundo (HEIDEGGER, 1996). Nesse sentido, o homem não é um ser transcendental, uma vez que “existir é estar inevitavelmente situado no e projetado para o mundo” (FIGUEIREDO, 1991, p. 183).

Merleau-Ponty apropriou-se fortemente deste pensamento de Heidegger e seus trabalhos seguiram em defesa de uma fenomenologia que considerasse a percepção do sujeito a respeito do fenômeno, sendo seu trabalho mais expressivo a “Fenomenologia da Percepção” (MATTHEWS, 2011).

Assim como Brentano e Husserl, Merleau-Ponty critica um entendimento do mundo unicamente científico e racional. Jamais desconsidera as contribuições da ciência para nosso estar no mundo. No entanto, retira do método científico o status de único e válido método de compreensão dos fenômenos. Como relata o autor sobre os métodos lógicos “não se trata de reduzir o saber humano ao sentir, mas de assistir ao nascimento desse saber, de nos torná-lo tão sensível quanto o sensível de reconquistar a consciência da racionalidade, que se perde acreditando-se que ela vai por si” (MERLEAU-PONTY, 1990, p.63).

Em “O Olho e o Espírito” (2013, p.16), Merleau-Ponty critica fortemente o modismo científico e a existência de um mundo **para** a ciência, como se ele já não estivesse ali antes mesmo de o cientista dissecá-lo, “como se tudo o que existiu ou existe jamais tivesse existido senão para entrar no laboratório”. E propõe uma ciência mais dialética, de encontro com os “outros” e que pondere sobre o seu próprio saber a respeito do mundo, sendo um pouco mais filosófica (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 17).

Esta crítica do autor reside no fato de sermos seres situados no mundo, estamos nele e nele nos conhecemos (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 6). Desse modo, o que sinto, vejo, percebo e o que me afeta em um primeiro momento não pode ser simplesmente ignorado como se fosse algo exclusivamente meu e não suscitado nesta minha relação com o mundo. E, dessa forma, o outro também tem implicação na maneira como me sinto.

A percepção merleau-pontyana da fenomenologia norteou as análises dos relatos das mulheres mães e trabalhadoras que fizeram parte do presente estudo. Como diz o autor “se o mundo é o que é vemos, precisamos aprender a vê-lo” (MERLEAU-PONTY, 2012, p. 16). Ou seja, foi preciso aprender a ver o mundo da maternidade aliada ao trabalho. Isso porque vejo-o sob a minha ótica, mas ela é absoluta somente para mim e sob minha perspectiva. Desse modo, foi preciso enxergá-la sob outros olhares e outras vivências e, assim, compreender o que cada uma dessas experiências tem de comum e de particular.

3 MÉTODO

A imersão na temática relacionada à maternidade trabalhadora partiu da minha própria experiência de vida como mulheres, mães e trabalhadoras. Partilho, nesse sentido, de algumas realidades vividas pelas mulheres mães que contribuíram para a realização deste estudo.

No entanto, embora eu tivesse percepções, opiniões e sentimentos muitos claros e altamente verbalizados a todos de meu convívio sobre a maternidade aliada ao trabalho, eram as experiências, sentimentos e vozes das mulheres mães e trabalhadoras que se dispuseram a contribuir para minha pesquisa que me interessavam.

Ouvi-las me permitiu compreender mais profundamente o fenômeno a que me propus dedicar. Desse modo, encontrei na fenomenologia um método de escuta que não desprezava minhas próprias vivências, que não silenciava minhas vozes, ao mesmo tempo em que me demandava a suspensão delas para compreender as experiências de outras mulheres e uma abertura à diversidade de possibilidades que a vida humana pressupõe.

A fenomenologia foi, então, a norteadora da minha postura enquanto pesquisadora e o método fenomenológico utilizado para a análise dos relatos das participantes da pesquisa, sobre o qual discorro a seguir.

3.1 A FENOMENOLOGIA COMO MÉTODO

De acordo com a fenomenologia, é possível compreender um fenômeno tal como ele é. No entanto, não posso ignorar as sensações que ele provoca em mim que também o experimento. Essas sensações são genuínas, verdadeiras, uma vez que eu as senti. Mas pode-se trabalhar no sentido de: por que me senti assim? O que há nesse fenômeno que fez com que eu me sentisse daquela maneira? Outras pessoas em contato com este fenômeno se sentiriam da mesma forma?

A fenomenologia declaradamente sustenta que a neutralidade científica não é possível para a compreensão dos fenômenos humanos e, portanto, não materiais. De acordo com Merleau-Ponty (1999), o ser humano é a fonte absoluta da verdade. Isso porque cada um de nós representa (ou percebe) de maneira distinta algo que é comum a todos. Essa verdade é fruto das relações desse sujeito no mundo e com o mundo, possibilitando diferentes percepções de um mesmo fenômeno por pessoas que com ele mantiveram relações distintas.

Nesse sentido, sou sempre interação, sou sempre relação. Não sou sozinho ou dissociado do mundo. O que quer dizer que uma pesquisa em Psicologia que pretende utilizar uma postura fenomenológica, precisa considerar essa(s) relação(ões), o que implicará em uma

descrição ou compreensão do fenômeno estudado em plena consciência das relações, sem pretensão à neutralidade.

Uma alteração na maneira como essas relações se dão resultará, necessariamente, em uma alteração, também, nas sensações, sentimentos e, talvez, nas compreensões desse mesmo fenômeno. Trata-se, pois, de um estudo das essências não desvinculado do mundo, isto é, do contexto em que aparecem, como propõe Merleau-Ponty (MOREIRA, 2004).

No caso do presente estudo, o contexto já conhecido e comum a todas as mulheres era o fato de serem mães, casadas, realizarem trabalhos remunerados e serem residentes na cidade de Brasília, Brasil. Sendo estes os critérios para participação. Aspectos como a cultura regional e brasileira, as crenças e valores sociais, as condições econômicas e aspectos familiares com os quais tiveram contato ao longo da vida foram também aspectos comuns do perfil das participantes da pesquisa os quais contribuíram para a maneira como cada uma delas representa a realidade de mulheres, trabalhadoras e mães.

No entanto, a postura fenomenológica pressupõe uma abertura ao fenômeno, permitindo que ele se mostre assim como é, a despeito dos “a priori” existentes. Desse modo, pressupõe a possibilidade do inesperado.

Nesse sentido, apoiada pelo referencial fenomenológico, encontrei-me aberta para a experiência relatada pelas mulheres. Essa abertura dispôs-me receptiva à irrupção do inesperado. Por mais ambivalente que possa parecer o discurso de esperar o inesperado, a redução fenomenológica pressupõe justamente essa realidade, como trazido por Merleau-Ponty (1999, p. 14) "o mundo é não aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável".

O mundo inesgotável implica o novo e a surpresa. Contudo, não se trata de uma expectativa, de conduzir o estudo esperando por algo novo. Mas a consideração de que experiências muito diferentes das minhas próprias experiências, das minhas hipóteses de pesquisa poderiam ser descritas pelas entrevistadas. Nesse sentido, ao ingressar na escuta da experiência das mulheres mães disposta a somente confirmar minhas hipóteses, deixaria passar despercebida a riqueza da diferença, do novo, do singular. Esgotaria o mundo, como se ele findasse nas minhas teorizações e experiências particulares sobre ele.

Outra contribuição muito importante da fenomenologia para este estudo foi o momento do processo em que se realizou a análise do fenômeno, isto é, os relatos das experiências de ser mãe e trabalhadora. Também nesse aspecto, a fenomenologia distancia-se

das formas usuais de análise de dados, pois não se considera os relatos como dados, mas como fenômeno.

Dessa forma, não se busca por meio dos relatos uma explicação causal. Mas, antes disso, a fenomenologia como método de pesquisa busca descrever a experiência, ou seja, dizer como ela acontece e não por quê acontece (AMATUZZI, 2003). Martins e Bicudo (1994) chamam essas experiências particulares de significados. Ou seja, um fenômeno semelhante (maternidade, por exemplo) terá diferentes significados para diferentes mães e a pesquisa fenomenológica terá como objetivo compreender quais são os significados dados por essas mães à vivência da maternidade trabalhadora.

Nesse sentido, o estudo não foi uma tentativa de dizer que as mães sentem-se de maneira específica por causa de uma determinada variável. Mas descrever que as mulheres do estudo vivem a maternidade e o trabalho de uma determinada forma. Como a fenomenologia merleau-pontyana pressupõe, "o real deve ser descrito, não construído ou constituído" (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 5).

Amatuzzi (2003) considera que a pesquisa fenomenológica tem como prioridade o vivido, sendo este acessado por meio da linguagem. Ora, cada pesquisador possui uma pergunta a qual busca compreender. Fez-se necessário, então, realizar perguntas que facilitem o acesso a essa compreensão. Desse modo, a entrevista fenomenológica, parte de uma pergunta norteadora, que orienta o sujeito para o fenômeno que se pretende compreender (Amatuzzi, 1993).

No mesmo pensamento, Boëmer (1994) aponta como importante a interrogação feita pelo pesquisador, pois o fenômeno sobre o qual ele busca maior compreensão tem maiores condições de se apresentar a depender da maneira como o sujeito é interrogado. A mesma autora considera que em estudos fenomenológicos não há problema de pesquisa, mas uma interrogação. No primeiro caso, busca-se a lógica, o fato, a causalidade. Já quando se tem uma interrogação, busca-se a compreensão, o fenômeno e a experiência do sujeito que será desvelada durante o relato sobre o vivido.

Os encontros realizados nesta pesquisa foram iniciados com perguntas norteadoras da discussão. No primeiro, "como foi ser gestante e trabalhadora?" foi a pergunta realizada para acessar a experiência da gestação trabalhadora. No segundo encontro, iniciamos com a pergunta "como foi voltar ao trabalho após a maternidade?". No terceiro encontro, entramos mais fortemente no cotidiano da maternidade aliada ao trabalho com a pergunta "como é a experiência de ser mulher, mãe e trabalhadora?". No quarto e último encontro, não iniciamos

com uma pergunta, mas com o retorno das falas das mulheres ao longo dos encontros anteriores.

Nestes moldes, a pesquisa com base fenomenológica é dialética e mobilizadora (AMATUZZI, 2003). Não somente dos sujeitos entrevistados, mas transformadora das representações que o próprio pesquisador possui sobre o mundo e, especificamente, o tema estudado. Por isso, jamais neutra, distanciada ou positivista. Mas, acima de tudo, comprometida com o fenômeno, o vivido e a singularidade de cada experiência humana investigada. E, por isso mesma, tão rica e inquietante.

A inquietude foi marcante durante o exercício do silêncio. Silenciar-me foi uma medida necessária para que outras vozes pudessem falar. E, nesse sentido, a riqueza pôde ser encontrada. Acostumada a ouvir a minha própria voz, ou vozes indiretas e distantes, ouvir de perto vozes roucas de exaustivamente tentarem se fazer ouvir; vozes acanhadas por, talvez, não terem sido anteriormente solicitadas ou autorizadas a falar; ou apenas vozes desejosas de alguém que as escutasse, foi um exercício desafiador plenamente degustado em cada encontro realizado.

A realização dos grupos mostrou-se, ao longo dos encontros, uma alternativa eficaz não somente para os objetivos da pesquisa, mas por ter proporcionado audiência a essas vozes, o entrelaçamento delas e o conseqüente acolhimento.

3.2 O GRUPO FOCAL: ESPAÇO DE FALA, REFLEXÃO E TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Considerando a importância das vozes e experiências das mulheres mães e trabalhadoras, optou-se pelo grupo focal como estratégia promotora de um espaço de fala, reflexão e tomada de consciência das experiências das mulheres mães.

Esta metodologia foi inicialmente utilizada em pesquisas de marketing nos anos cinquenta, sendo sua prática mais fortemente difundida na década de oitenta, na realização de pesquisas nas áreas social e de saúde (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2004; CARLINI-COTRIM, 1996; DIAS, 2000; GATTI, 2012).

Os grupos focais têm sido usados em pesquisas sociais por permitirem, de acordo com Gatti (2012, p. 11):

compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham de traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado.

O objetivo principal da técnica é, desse modo, a interação de pessoas que vivenciam uma determinada experiência comum, sendo possível o compartilhamento de ideias, sentimentos, comportamentos, percepções e crenças sobre esta experiência de acordo com a visão, palavras e gestos dos próprios participantes (DE ANTONI et al, 2001).

As principais vantagens do uso do grupo focal residem no fato da técnica possibilitar, por meio desta interação, a reflexão dos participantes sobre suas próprias experiências com base nas experiências de outras pessoas sobre a mesma temática (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2004; CARLINI-COTRIM, 1996). Fenomenologicamente, o grupo focal possibilitou a consciência do vivido pelas mulheres que fizeram parte do presente estudo, como lembra AmatuZZi (2003, p. 21) "o vivido não necessariamente é sabido de antemão".

Na relação com o outro e no relato da experiência é que o indivíduo tem a oportunidade de refletir sobre essas mesmas experiências, até então mantidas em um nível pré-reflexivo ou inconsciente. A pesquisa, desse modo, implicou na produção da consciência reflexiva dessas mulheres no contexto da maternidade trabalhadora.

Nos grupos focais, os participantes encontram-se o número de vezes que se mostrarem necessárias para que seja possível o acesso ao fenômeno que se deseja compreender (GATTI, 2012). A quantidade de encontros depende da satisfação do pesquisador quanto à sua interrogação inicial. Desse modo, não há padronização da quantidade de encontros para cada pesquisa, esse quantitativo irá depender da complexidade do fenômeno que se deseja investigar (ASCHIDAMINI; SAUPE, 2004).

O quantitativo de participantes, assim como de encontros, também não é rígido. No entanto, um número muito alto pode ser prejudicial em virtude da dificuldade de manejo dos posicionamentos. Um número reduzido pode, por outro lado, enfraquecer as diferentes possibilidades de experiências. Desse modo, a recomendação é a de que o grupo seja formado, preferencialmente, por seis a quinze pessoas (BARBOUR, 2009; GATTI, 2012; KIND, 2004). A duração dos encontros de acordo com a revisão literária realizada por Kind (2004) é de noventa a cento e vinte minutos, também dependendo dos objetivos de cada grupo.

Neste estudo, o número de encontros planejado (e realizado) foi de quatro, sendo o último para a devolução das falas das mães trabalhadoras e possíveis re-entendimentos e reflexões. A quantidade de mulheres planejada para a participação no grupo focal foi de seis, no entanto, participaram, efetivamente, cinco mulheres, sendo que cada encontro contou com a presença de apenas três, não sendo as mesmas em todos os encontros (detalhamento da

participação das mulheres nas sessões 3.3 e 3.4). A duração dos encontros foi de, aproximadamente, uma hora cada um.

3.3 AS MULHERES MÃES E TRABALHADORAS (E ESPOSAS)

As mulheres, mães e trabalhadoras (e esposas) que contribuíram para este estudo não foram selecionadas. Na verdade, eu fui indicada como alguém que poderia ouvir suas experiências e elas escolheram, por elas mesmas, participar do estudo como forma de contribuir para a compreensão deste fenômeno, talvez vivido com semelhante inquietude por todas nós.

Divulguei (apêndice A) a pesquisa entre as mulheres mães e trabalhadoras que fizeram, em algum momento, parte da minha história pessoal ou profissional. Dentre elas, nove mulheres demonstraram interesse em contribuir. Destas, somente cinco fizeram parte do estudo em virtude da facilidade de deslocamento e da disponibilidade de horário para a realização dos encontros, manifestadas pelas próprias mulheres.

A disponibilidade de horário foi levantada previamente e os encontros foram realizados nos dias e horários em que a maioria delas poderia estar presente. Dentre os dias e horários declarados pelas participantes, os dias úteis (segunda a sexta-feira), após às 20h, foram, unanimemente, elencados. Tendo o sábado e o domingo ficado de fora das possibilidades de encontro.

Duas mulheres não conseguiram ajustar as agendas às datas e horários possíveis. Desse modo, não puderam contribuir. Outras duas não conseguiram comparecer aos encontros em virtude da impossibilidade de ausentar-se do lar por não terem com que deixar os filhos no horário de realização dos encontros. A cada encontro, demonstraram tentar comparecer e contribuir, apresentando pesar com as repetidas ausências.

Os dias e horários eleitos pelas mães revelam a rotina de atividades e trabalho que possuem. O sábado e o domingo são dias dedicados ao descanso ou atividades com os filhos, esposos, familiares, atividades domésticas ou compromissos sociais. A participação no estudo nesses dias poderia comprometer a realização de tais atividades. Embora a disponibilidade relatada contemplasse horários tardios (após às 20h) em dias de semana, algumas delas ainda apresentaram dificuldades para o comparecimento no grupo.

Tivemos, então, a contribuição de cinco mulheres, mães, trabalhadoras (e esposas). Para preservar suas identidades e garantir o conforto nos relatos, pedi que as mulheres escolhessem os nomes pelos quais gostariam de ser representadas durante o relato do trabalho. Orientei, somente, que fossem nomes de mulheres que tivessem alguma importância em suas

vidas. Temos, então, as seguintes mulheres, mães e trabalhadoras (e esposas) que contribuíram para minha imersão neste fenômeno:

- **Frida Kahlo:** é professora e servidora pública. Tem 33 anos e uma filha de dois anos. Quando perguntada sobre a escolha do nome, ela respondeu *“Não existe uma razão excepcional. Frida basicamente diverge completamente do que sou. Além de uma artista excepcional, bissexual, comunista (nessa parte nos aproximamos), estéril, ter casado duas vezes com o mesmo homem e ter sofrido horrores no casamento, o que me chama bastante atenção é seu estilo próprio de viver e de se vestir. Em virtude de uma doença (acho que foi poliometelite) ela passa a vestir saias longas e muito coloridas, adornos grandes no cabelo, colares exuberantes, vestidos bordados. Enfim, acho que esse estilo livre de amarras e padrões da sociedade (seja de comportamento, seja de pensamento), sem ligar muito para o que os outros pensavam, já naquela época, me parece invejável. Embora seja uma mulher de atividade política intensa, teve grandes dificuldades na vida íntima, sendo traída pela própria irmã. Além disso, muitos julgam que sua obra era surrealista, mas na verdade ela retratava apenas o que vivia. Acredito que Frida Kahlo teve uma vida autêntica e foi uma mulher de vanguarda. Por isso, a admiro.”*.

- **Íngrid Betancourt** tem 32 anos, um menino de quatro anos e é jornalista. Escolheu o nome da Ingrid Betancourt por estar lendo, *“e apaixonada”*, a biografia da senadora e candidata à presidência da República da Colômbia, que foi sequestrada quando fazia campanha à presidência. *“Era uma política reconhecida e ativista anticorrupção. Passou quase sete anos em cativeiro, foi violentada, passou fome e teve doenças graves em decorrência da vida na selva colombiana. Mesmo presa, ela enfrentava com toda força os maus tratos que impunham a ela e aos outros sequestrados. Defendia seus pontos de vista, mesmo sob violência. E não parou de exigir seus direitos durante todos os anos que passou em cativeiro”*.

- **Maria** tem 32 anos, é mãe de uma menina de três anos e um menino de um ano e gestora de Recursos Humanos. Escolheu o nome de Maria (mãe de Jesus) por ter sido *“fundamental na minha vida”* em um momento de bastante dificuldades pessoais. *“Ela é meu exemplo, assim. Eu sonho um dia poder ter um por cento da humildade, do silêncio, da mansidão que Nossa Senhora tem. De ser múltipla, em uma só. De ser várias coisas, várias pessoas em uma só”*.

- **Joana** é mãe de um menino de dois anos, é professora de educação infantil e tem 33 anos. Para justificar a escolha do nome da mulher, a participante apenas explicou que Joana é o nome de uma pessoa que ela não pôde conhecer.

- **Ana** tem 33 anos, é mãe de um menino de dois anos e professora de línguas. Escolheu Ana por ser um nome “*comum*”.

A escolha dos nomes reflete fortemente as características dessas mulheres, mães e trabalhadoras reveladas durante os encontros. Frida e Ingrid apresentaram relatos mais politizados. Maria trouxe aspectos religiosos em seu discurso e Joana e Ana demonstraram simplicidade, singeleza e humildade na maneira de se colocarem.

Todas as mães trabalhadoras possuem nível superior, vivem em residências próprias, possuem diarista ou empregada doméstica, trabalham segundo o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) ou sob o regime jurídico da lei 8112, de 11 de dezembro de 1990 (BRASIL, 1990) dos servidores públicos, e com jornada de trabalho entre seis e oito horas por dia (assim como os seus esposos). Somente Maria não possui carro, sendo que Ana, Ingrid Betancourt e Frida Kahlo possuem dois carros (para elas e para os maridos). Todas estão casadas há pelo menos cinco anos e, no máximo, sete, e moram nas regiões de Taguatinga, Águas Claras e Samambaia, Distrito Federal.

3.4 OS ENCONTROS

Muito embora o primeiro encontro tivesse particular importância no estabelecimento do vínculo e do *rapport* entre as participantes e comigo, todos os encontros tiveram breves momentos destinados a este fim. No início de cada encontro, durante a chegada das participantes, realizaram-se breves interações de modo a integrá-las novamente ao grupo, minimizar constrangimentos e proporcionar um clima de acolhimento e colaboração recíproca.

Quanto à execução dos encontros, todos foram norteados por uma ou mais perguntas no início de cada interação grupal como forma de estimular a discussão entre as participantes e orientar os relatos para o tema objeto de estudo da presente pesquisa.

Todos os encontros tiveram duração de, no máximo, uma hora e meia, já contemplando atrasos e possíveis intercorrências. A duração dos encontros esteve coerente com a recomendação da literatura, bem como para o atendimento dos objetivos da pesquisa. Ainda, os encontros foram agendados de acordo com a disponibilidade das participantes, não excedendo a um intervalo de 15 dias entre um encontro e outro. Os relatos das participantes foram gravados (sob o consentimento das mesmas) por meio do aplicativo de gravador de som do aparelho celular.

Os encontros foram realizados em dias fixos da semana (quintas e sextas-feiras), durante três semanas. A seguir, descrevo, particularmente, cada um dos encontros.

3.4.1 Primeiro encontro

No primeiro encontro, a pergunta norteadora “*Como foi ser gestante e trabalhadora?*” iniciou o diálogo sobre o tema. Estiveram presentes neste encontro Ana, Frida Kahlo e Ingrid Betancourt.

O primeiro encontro apresentou particular importância no estabelecimento do vínculo entre as participantes e delas comigo. Embora eu já as conhecesse, a situação do grupo e o entendimento delas quanto à seriedade da proposta, trouxe um clima de igual seriedade às relações dentro do grupo, especialmente neste primeiro encontro.

A quebra desse enrijecimento foi denunciada pela participante Frida ao pedir que o lanche, servido em uma mesa à parte, fosse colocado no meio da mesa em torno da qual estavam as participantes, para que elas pudessem comer enquanto falavam. A iniciativa promoveu uma gargalhada e um aceite coletivo. Além disso, uma maior fluidez das interações nos momentos posteriores. Nos encontros seguintes, o lanche permaneceu no centro e as interações e relatos fluíam enquanto as trabalhadoras se abasteciam após o longo dia de trabalho.

Iniciei a gravação somente com a pergunta norteadora, encerrando-a com o fechamento do encontro. Desse modo, a gravação possui uma hora e dois minutos. Este foi o encontro mais breve do grupo, o que é esperado considerando os aspectos relatados acima.

Inicialmente, não houve interrupção da fala umas das outras. Somente ao final, após o lanche centralizado, elas começaram a fazer perguntas e acréscimos às falas das demais, embora ainda solicitando minha autorização “*eu posso fazer uma pergunta pra ela?*”, “*a gente pode intervir?*”, “*posso acrescentar uma coisa ao que ela falou?*”. Nos encontros seguintes, os questionamentos quanto à possibilidade de intervenção não aconteceram, elas já se interpelavam, faziam perguntas e dialogavam entre si, sem a necessidade da minha “autorização”.

3.4.2 Segundo encontro

No segundo encontro, o tema do dia foi anunciado com a pergunta “*Como foi voltar a trabalhar após a maternidade?*”. Estiveram presentes Ingrid Betancourt, Maria e Joana. Mantive os momentos iniciais do encontro dedicados à interação entre as participantes por meio do diálogo sobre temas amenos, não relacionados ao tema da pesquisa. Iniciei a gravação, mais uma vez, com a pergunta norteadora. Tendo, neste encontro, durado uma hora e dezesseis minutos.

Apesar da presença de duas novas integrantes, que não compareceram ao primeiro encontro, as discussões fluíram de modo amistoso e interessado. Houve mais interrupções das falas pelas próprias participantes para que elas mesmas compreendessem o relato exposto. As interrupções foram realizadas de modo fraterno e cuidadoso, visando o melhor entendimento do relato ou uma reflexão conjunta sobre afirmações realizadas por alguma participante.

3.4.3 Terceiro encontro

No terceiro encontro, a pergunta norteadora foi “*Como é a rotina de uma mulher mãe e trabalhadora?*”. Estiveram presentes neste encontro as participantes Íngrid Betancourt, Frida Kahlo e Ana. Mais uma vez, os momentos iniciais foram dedicados a temas amenos, mas promotores de interação. Considerando o início da gravação com a pergunta norteadora, o encontro teve duração de uma hora e vinte e oito minutos. Neste encontro, um momento foi dedicado à participante Ana que se emocionou durante o relato de suas experiências. As demais participantes contribuíram para seu acolhimento, compreendendo-a e apoiando-a.

3.4.4 Quarto encontro

O quarto encontro foi agendado duas vezes. No primeiro agendamento, somente a participante Íngrid Betancourt poderia comparecer, já que Maria teve um imprevisto no trabalho que demandou sua permanência no emprego e Joana tinha um compromisso pessoal. Entrei em contato com Íngrid Betancourt desmarcando o encontro. Reagendamos o encontro para a semana seguinte e compareceram Frida Kahlo, Íngrid Betancourt e Maria.

Este encontro não contou com uma pergunta norteadora, uma vez que seu objetivo era devolver às mulheres as minhas percepções sobre os encontros anteriores, relatando para elas as descrições de suas falas sob o olhar de quem as observou e ouviu.

Inicialmente, após o relato das descrições das realidades trazidas por elas nos encontros anteriores, elas somente concordaram dizendo “*foi isso mesmo que eu quis dizer*” ou “*é a pura realidade*”. Ao final do meu relato, Ingrid Betancourt comenta “*falou do retorno da existência do ser mulher, profissional também e outros papéis que não sejam só o de mãe* (em referência ao retorno ao trabalho após a licença maternidade). *Até de esposa e tal...*”. Eu acrescento que até o de esposa volta ao “normal” depois da licença maternidade e Íngrid Betancourt completa “*Não. Nem voltou* (risos). *Nem sei se vai voltar...*(risos)”. Neste momento, todas começam a rir e inicia-se um aprofundamento quanto ao papel de esposa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização dos encontros com as mães trabalhadoras possibilitou não só o aprofundamento em suas experiências como a vivência compartilhada delas. Pude acompanhar as dificuldades para participarem dos encontros, o cansaço do dia de trabalho, as preocupações com os filhos, o desejo de compartilhar as experiências pessoais e, em alguns momentos, a necessidade de sair mais cedo ou se atrasar por precisarem ajustar o contexto doméstico, especialmente, o cuidado com os filhos.

Desse modo, o fenômeno da maternidade trabalhadora foi evidenciado não somente pelo relato das mulheres, mas ele se mostrou, efetivamente, a todas nós durante a realização da pesquisa por diferentes formas. Pude acompanhar e observar os olhares atentos aos celulares, a fome por não terem tido tempo de se alimentar, os suspiros de cansaço, as vozes inflamadas, as emoções sendo experimentadas, as vozes sendo ouvidas e a experiência compartilhada e validada umas pelas outras.

O fato de verem umas nas outras as mesmas sensações ou sentimentos semelhantes, de identificarem dificuldades vividas também por outras mulheres, de perceberem que não vivem sozinhas seus dilemas foi confortante para elas, conforme relato de uma delas.

“Que bom que não sou só eu”. Joana.

Os conteúdos dos encontros foram organizados em eixos temáticos que condensam as experiências em temas semelhantes, de modo a melhor compreendê-los e aprofundá-los.

4.1 A GESTAÇÃO TRABALHADORA: PREFERÊNCIA NOS ASSENTOS, MAS NÃO NOS ESTABELECIMENTOS PROFISSIONAIS

A experiência da maternidade trabalhadora inicia-se com a gestação, ou mesmo antes dela. Assim, Ana e Ingrid Betancourt relataram situações de trabalho que implicavam a necessidade do anúncio da intenção de engravidar.

“Quando eu fiz a entrevista pra essa vaga mesmo, [...], eu recebi um questionário perguntando se eu tinha interesse em engravidar nos próximos meses. Que interesse o empregador tem nisso que não de saber se eu vou ficar fora, de antecipar?”. Ingrid Betancourt.

“Todo ano meu chefe, ele faz um orçamento para a (empresa). Então, chega em outubro, é a época de fazer orçamento. Então ele já vai sondando as pessoas, entendeu? As mulheres, assim, ‘você tem ideia de engravidar ano que vem?’. Porque ele precisa ter uma noção se ele vai ter que ter um gasto maior com substituição, com licença, essas coisas”. Ana.

Não só a expectativa da gestação precisa ser anunciada, mas mais fortemente ainda, a própria gestação. A descoberta da gestação foi vivida de modo satisfatório e alegre por todas as mães trabalhadoras, no que se refere à experiência pessoal de engravidar. No entanto, foi acompanhada de sentimentos de medo quanto à repercussão do anúncio da gravidez no local de trabalho, bem como uma sensação de desonestidade delas quanto mais avançava a gestação. Ambos os sentimentos estão associados às situações relatadas acima, que denunciavam uma possível retaliação dos superiores e/ou colegas de trabalho ou a demissão no retorno da licença maternidade.

“Eu já sabia, já tinha a notícia que estava grávida e eu me sentia desonesta em não falar que estava grávida. Meu sentimento foi esse, de que eu talvez poderia estar fazendo algo errado em não falar de prontidão. Mas eu não sei exatamente porquê esse sentimento de desonestidade.”. Frida Kahlo.

“Não sei porque mas não é algo tranquilo. A gente vai se sentindo culpada, a gente se prepara, né?”. Ingrid Betancourt.

“Eu fiquei na dúvida”. Ana.

Os temores não são fruto de insegurança ou fantasia particulares dessas mulheres. Sob a ótica empresarial, uma trabalhadora gestante ou de licença maternidade implica em custos adicionais e prejuízos para o andamento dos processos organizacionais: substituição da colaboradora de licença, pagamento da licença maternidade, pagamentos de dias não trabalhados em virtude de atestados médicos, interrupção no fluxo do trabalho com a saída da trabalhadora, dentre outros aspectos.

Isso ocorre porque o mundo do trabalho está organizado em torno da produtividade e do lucro. As despesas ou prejuízos relacionados acima aliados à ideologia de que os filhos prejudicam o bom rendimento no trabalho contribuem para uma percepção negativa ou, no mínimo, desconfiada das trabalhadoras com grande potencial para engravidar, grávidas ou com filhos.

Superados os temores do anúncio da gravidez, a atuação das mães trabalhadoras concentrou-se em mostrarem-se tão eficientes quanto os homens (não grávidos) na execução das atividades profissionais. No entanto, não estavam, em alguns momentos da gestação, em condições plenas e de igualdade para a competição com os colegas ou com seus próprios resultados anteriores. Isso devido aos desconfortos comuns ao processo gestacional, mesmo que suas gestações tenham sido saudáveis, como azia, enjoos, vômitos, mal estar, frequente necessidade de ir ao banheiro, dificuldade para subir escadas e ficar muito tempo em pé.

“Tinha um banheiro do lado da minha sala (risos). Imagino que se fosse hoje, no trabalho que eu tenho, seria um grande problema para mim. Porque, por exemplo, hoje eu

passei o dia inteiro sentada. Eu não saio. Às vezes eu tenho vontade de fazer xixi e não vou, porque eu não posso”. Ingrid Betancourt.

Frida Kahlo ressalta claramente a presença de condições durante a gestação que não favoreciam o desempenho pleno das atividades profissionais, no entanto, sentia a exigência da manutenção de bons resultados.

“Especialmente no início, que eu sentia muita (pausa), aquela fase de muita, é... enjojo, azia, queimação. Tinha dias que eu fazia ‘caramba, eu não quero dar aula hoje porque não quero. Não quero. Tô passando mal, quero ficar em casa sem fazer nada’. E eu me sentia culpada por isso. Por ter essa vontade de não dar aula. Mas eu tenho que ir. Tô passando mal, mas eu vou dar aula”. Frida Kahlo.

A mãe trabalhadora relatou que, por vezes, vomitou em sala de aula, contando com a ajuda dos alunos. Dessa forma, as mães trabalhadoras argumentaram que o ambiente de trabalho precisa se adaptar às condições físicas naturais e comuns vividas pelas mulheres grávidas, sob pena de prejuízo para a saúde da gestante, do bebê e do rendimento no trabalho. Consideram que o mundo do trabalho, como traz Frida Kahlo, apresenta *“um formato que foi feito por homens e para os homens”*, não contemplando as necessidades das mulheres trabalhadoras.

“Esse formato contempla o momento que a mulher está amamentando? Não, não contempla. Então, assim, eu acho que as adequações que são feitas para as necessidades que são diferenciadas. É só a gente pensar, por exemplo, nos portadores de deficiência. As necessidades são outras, mas eles podem desempenhar as funções dentro daquela limitação. Então precisa do ambiente de trabalho tá adequado para isso. Tá adaptado. Da mesma forma para as mulheres gestantes, para as mulheres mães no puerpério, sei lá (risos)...porque é um momento diferenciado”. Frida Kahlo.

Como não há adaptações, elas se viram na necessidade/obrigação de se adaptarem às condições de que dispunham, evidenciando ambientes de trabalho masculinizados e os sentimentos decorrentes dessa forçada adaptação.

“O sentimento era de que não interessa, você tem que cumprir com a sua função, mesmo estando em uma condição diferenciada [...]era como se seu tivesse que pensar essa minha condição diferenciada. Condição de estar gestante. E que isso não poderia ser um diferenciador. E você não está nas mesmas condições que outro, condições físicas[...]o sentimento é esse. Eu sei que ele não deveria ser. Mas é esse sentimento que vem à tona, assim, de que...pelo menos pra mim era algo que parecia. ‘Eu não posso deixar isso me atrapalhar”. Frida Kahlo.

Essa inadaptação ocorre, inclusive, a despeito de previsões legais que orientam a disponibilização de salas públicas para amamentação ou retirada do leite materno durante a jornada de trabalho, dentro dos intervalos previstos pela lei da amamentação.

“Eu tirava leite no (empresa), no banheiro de deficiente, que tinha mais espaço. Mas eu tirava no banheiro porque eu não tinha local adequado. Mas não é o local mais adequado. Não era pra eu tá no banheiro tirando leite. Mas eu não tinha outro local pra fazer”. Ingrid Betancourt.

Especialmente em relação à amamentação, temos grandes contradições em termos das legislações vigentes e as práticas de trabalho, conforme o relato de Ingrid Betancourt. A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT prevê o direito a 15 dias de licença amamentação para a trabalhadora, período em que “para amamentar o próprio filho até que este complete seis (6) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais, de meia hora cada um” (BRASIL, 1943, artigo 396).

Percebe-se que a pausa para a amamentação ou retirada do leite é compreendida pela legislação e, obviamente, pelas instituições empregadoras como um “descanso”. A redação da lei não denota uma legitimação da necessidade do afastamento da trabalhadora da sua rotina de trabalho ou uma medida que beneficia a saúde do bebê e da própria mãe, considerando os prejuízos da interrupção da amamentação como mamas enrijecidas, “empedradas” e redução do fluxo de leite, com conseqüente prejuízo para a amamentação do bebê (BRASIL, 2009).

A conotação é de um benefício que a trabalhadora possui, em relação aos demais trabalhadores, de ausentar-se da jornada de trabalho estressante ou eximir-se de responsabilidades laborais, para descansar enquanto amamenta o seu bebê.

O Ministério da Saúde orienta que as mães amamentem exclusivamente seus filhos com o leite materno até os seis meses de idade e o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a disponibilização de ambientes para amamentação em empresas públicas, instituições e organizações (GOVERNO DE BRASÍLIA, 2015).

Percebe-se que as legislações são coerentes no que se refere à promoção e proteção do aleitamento materno pelas mulheres mães e trabalhadoras. No entanto, conforme o próprio texto da nota técnica conjunta, número 01/2010, do Ministério da Saúde e Agência Vigilância Sanitária – Anvisa, não há obrigatoriedade no cumprimento das previsões legais:

Embora o artigo 9º do Estatuto da Criança e do Adolescente preveja que: “O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade”, não há obrigatoriedade nem legislação sanitária específica para as salas de apoio à amamentação em empresas (BRASIL, 2010, não há paginação).

Na prática, a lei prevê, orienta, mas não garante o direito. Desse modo, são raras as empresas que disponibilizam locais para as trabalhadoras amamentarem seus filhos ou realizarem a retirada do leite. Ainda que possuam esse local, as trabalhadoras precisam de um auxílio externo para locomoção dos filhos até o trabalho, o que nem sempre dispõem.

A “Cartilha para a mãe trabalhadora que amamenta”, publicada pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2010, p.4) oferece dicas para a trabalhadora continuar amamentando o filho após o retorno ao trabalho, as quais evidenciam a necessidade da trabalhadora “pedir”, “conversar”, “explicar” para o superior hierárquico a necessidade do cumprimento da legislação que a protege.

Algumas dicas: – Se for possível e desejado, leve o bebê pequeno com você ao trabalho, ou peça para alguém levá-lo no trabalho para ser amamentado; – Converse com o patrão para ver a possibilidade de você ter maior flexibilidade nos horários de trabalho (chegar mais tarde, sair mais cedo, reduzir a carga horária); – Fale e explique ao seu patrão e seus colegas a importância de amamentar, explique especialmente que o leite materno protege seu filho, que ficará menos doente, e que, assim, você faltará menos ao trabalho e estará mais contente; explique tudo isso também aos seus familiares.

Tem-se na cartilha, divulgada pelo próprio governo brasileiro, a denúncia de práticas culturais e profissionais androcentradas que superam assustadoramente as previsões legais, as quais foram formuladas com base em evidências científicas quanto ao benefício da prática da amamentação à saúde da mãe e da criança.

Muitas dessas evidências foram utilizadas para sustentar o argumento das mulheres mães principais responsáveis e mais capacitadas para os cuidados com o bebê (MOURA, ARAÚJO, 2004). Foi pelas mães que as mulheres tiveram seu lugar destacado na maternidade (ARIÉS, 1981). No entanto, é por meio delas que se veem divididas entre a maternidade e o trabalho.

Em 2015, foi promulgado decreto nº 8.552 (BRASIL, 2015) que regulamenta a lei nº 11.265, de janeiro de 2006 (BRASIL, 2006), restringindo a publicidade de produtos alimentícios que possam interferir na adesão da criança ao aleitamento materno. No entanto, não é promovido o rigor do cumprimento de leis que já existem relacionadas ao ambiente de trabalho das mulheres mães e trabalhadoras.

Uma medida relacionada a este tema é a implantação de creches nos ambientes organizacionais, além das salas de amamentação. O artigo 389 da CLT, com redação alterada pelo decreto-lei nº 229, de 28.2.1967, versa que

“Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres com mais de 16 (dezesseis) anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação” (BRASIL, 1967).

No Distrito Federal, o Superior Tribunal de Justiça disponibiliza berçário para os filhos de suas servidoras em idade de três a doze meses², bem como o Superior Tribunal Federal. No entanto, na realidade das empresas públicas ou privadas o mais comum é a existência do auxílio-creche, por meio do qual a trabalhadora recebe um auxílio financeiro para pagamento das despesas com o berçário, creche ou escola de educação infantil (escolhida por ela dentre as possibilidades de mercado) em uma localidade de sua preferência ou possibilidades financeiras.

Para as mães que não possuem condições de custeio de uma creche privada, o Distrito Federal conta com 28 creches públicas, de acordo com a Empresa Brasileira de Comunicação³, que também traz a informação de 25 mil crianças na lista de espera por vagas nestas creches.

As mulheres do estudo entendem que as creches não devem ser um benefício somente das mulheres trabalhadoras, mas dos pais trabalhadores também, evidenciando a necessidade de um equilíbrio das responsabilidades nas relações maternas e paternas.

Sobre o gozo de direitos e exercício de deveres, durante os encontros e os relatos sobre as inaptações do local de trabalho às necessidades especiais de uma gestante, Ingrid Betancourt fez um questionamento sobre as exigências que elas estavam impondo para as instituições empregadoras, como se elas estivessem exigindo além dos direitos que possuem.

“eu tava, é... só pensando aqui... (certa dificuldade para expressar-se). A gente tá falando. A gente. Vamos ver se eu consigo me colocar. A gente tá falando que é condição diferenciada. A gente não se diferenciar por estarmos grávidas, não deixar de contratar, não mudar o tratamento. Mas, ao mesmo tempo, a gente quer e acha justo condições diferenciadas pela nossa condição de grávida. Entendeu? Eu tô falando. Eu tô colocando isso, assim. Que ponto que a gente tá (pausa).”. Ingrid Betancourt.

Ingrid Betancourt expressa, efetivamente, o paradoxo a que estão submetidas as mulheres ao se verem diante da sua dupla posição, de mãe e trabalhadora. De um lado, elas gritam a necessidade de marcar a diferença das mulheres e os ajustes necessários em virtude dessas mesmas diferenças. De outro lado, elas oprimem e ofuscam essas diferenças para que não sejam pejorativamente interpretadas, gerando prejuízos como demissão, menor ganho

² Portaria 105, de 27 de outubro de 2005, disponível em http://www.stj.jus.br/webstj/Institucional/Biblioteca/Clipping/2Imprimir2.asp?seq_edicao=972&seq_materia=11015. Acesso em 20 de Nov. 2015.

³ Notícia veiculada pela Empresa Brasileira de Comunicação, disponível em: <http://radios.ebc.com.br/jornal-da-cidade-2a-edicao/edicao/2015-04/vinte-e-cinco-mil-criancas-aguardam-por-vaga-em-creche-no-df> e <http://radios.ebc.com.br/revista-brasilia/edicao/2015-04/conheca-os-criterios-para-conseguir-vaga-em-creches-publicas-no-DF>. Acesso em 10 de Nov. 2015.

financeiro, perda de oportunidades para o encarecimento, etc. Como traz Frida Kahlo “*Você tem que se virar. Você que se vira. Não há adaptações*”.

As demais mulheres complementam com o fato de as mudanças no trabalho serem realizadas em benefício do empregador e manutenção do lucro, como redução de jornada de trabalho e consequente repercussão negativa na remuneração, no caso das professoras. Não são tomadas medidas que visem o bem-estar da trabalhadora ou trabalhadores com condições físicas que exigem adaptações.

E adaptar o contexto do trabalho às necessidades das mulheres trabalhadoras é legitimar sua entrada e permanência no espaço público do trabalho. No entanto, as adaptações implicam em despesas que não trazem retorno financeiro direto e evidente. Esse aspecto pode ser observado também na inserção e manutenção das pessoas com deficiência física no mercado de trabalho.

A lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, prevê a contratação de uma porcentagem de funcionários com deficiência física por empresas com mais de cem contratados em seu quadro geral de funcionários (BRASIL, 1991). No entanto, muitas empresas não apresentam as adaptações necessárias aos diversos tipos de deficiência como programas de computador para deficientes visuais ou auditivos, estrutura física que comporte e permita o trânsito de um cadeirante, por exemplo.

No caso das mães trabalhadoras, no entanto, não há exigência legal que implique em alterações na estrutura física e de execução do trabalho de forma a garantir a saúde da trabalhadora gestante ou seu bebê. Essas adaptações ficam a cargo do bom senso ou flexibilidade do gestor, como ressaltou Ana “*meu chefe foi bonzinho comigo*”. Todavia, a produtividade esperada é equivalente a de um trabalhador não grávido, com ou sem adaptações.

A legislação protege e tem permitido um acesso maior dos portadores de deficiência física ao mercado de trabalho. Embora ainda sejam necessários muitos avanços que garantam, também, um melhor acesso desses trabalhadores. De todo modo, há evidências físicas, médicas e científicas que comprovam a necessidade de adaptação do local de trabalho para estes trabalhadores.

O processo gestacional também apresenta alterações, mesmo que momentâneas, no organismo das mulheres trabalhadoras que podem ser igualmente física, médica e cientificamente comprovadas. Dentre estas alterações podemos citar (MONTENEGRO; REZENDE FILHO, 2010; FERREIRA; TANURE; FERREIRA, 2011):

- frequentes idas ao banheiro, uma vez que a bexiga está comprimida pelo útero expandido;
- aumento do apetite pelo consumo maior de nutrientes e conseqüente necessidade de reposição dos mesmos pela alimentação mais frequente da gestante;
- aumento do sono, ocasionado pelas mudanças hormonais, no metabolismo e pressão sanguínea da gestante, reduzindo a pressão especialmente no primeiro trimestre da gestação;
- enjoos e vômitos, relacionados às mudanças hormonais;
- dores nas costas e nas pernas, em virtude do aumento do peso e do deslocamento do centro de equilíbrio da mulher.

Qualquer livro médico ou site de apoio e orientação à gestante contém as informações citadas acima, deixando claro o aspecto natural e comum destes sintomas. Tem-se, dessa forma, evidenciadas as necessidades de adaptação da rotina e estrutura do local de trabalho para melhor trânsito da gestante trabalhadora e atendimento de demandas que transcendem à sua vontade, mas que são respostas naturais do seu corpo a um processo há muito tempo conhecido pela Medicina e pela sociedade.

Embora a gestação seja um fenômeno que acompanha a história da humanidade, ela foi vivida por muito tempo sob a esfera doméstica e privada. A qual tende a ser desvalorizada diante da produtividade e lucro do mercado capitalista. Na esfera privada não temos a exigência da produtividade, competitividade ou a busca incessante pelo lucro. Tais exigências são características e objetivos primordiais do mundo público, capitalista e, claro, do trabalho.

Saffioti (2009, p. 131), nos faz a seguinte reflexão,

a aceitação social relativamente generalizada do padrão ‘trabalhadora para a mulher só’ (solteira, viúva, divorciada, desquitada ou meramente separada do marido) e mesmo para a mulher casada sem filhos ou com filhos em idades que dispensam cuidados constantes, com a intensidade que a conjuntura econômica nacional e ou internacional permite, e a rejeição, quase completa, mas também variável segundo os diferentes momento conjunturais, do padrão trabalhadora para mulheres casadas com filhos em tenra idade.

Atualmente, não temos a rejeição explícita da participação das mulheres no mercado de trabalho. Mas contamos com práticas organizacionais ou omissões governamentais que dificultam ou tornam extremamente desgastante a manutenção das mulheres mães e trabalhadoras no exercício de atividades profissionais formais. Embora esteja estaticamente ocupando e exercendo trabalhos formalmente remunerados, as mães trabalhadoras não encontram suporte legal ou social para o pleno exercício de suas atividades. A fala de Ingrid Betancourt traz fortemente a falta de espaço no mundo do trabalho.

“A Frida falou uma coisa ontem bacana que esse sistema todo de trabalho, principalmente, ele foi feito pro homem. Tantas horas de trabalho, local de trabalho, porque quem trabalhava antes era o homem. E não é pra gente. Mas se tudo fosse certinho, se a gente coubesse nisso aí, a gente não se sentiria nem mais nem menos. A gente se sentiria igual. Entendeu?”. Ingrid Betancourt.

O espaço de trabalho masculinizado direciona as mulheres mães e trabalhadoras para atividades profissionais informais, terceirização do contrato de trabalho (como é o caso de Ingrid Betancourt) e jornadas de trabalho parciais (situação de Ana), conforme evidenciam o dossiê “Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho”, organizado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA e pelo Fundo para Igualdade de Gênero – FIG/CIDA (YANNOULAS, 2002), e os trabalhos de Souza, Rios-Neto e Queiroz (2011) e Rocha-Coutinho (2010).

Além disso, quanto mais filhos, menor a disponibilidade para o trabalho, maior a necessidade de ter um encaminhamento certo, claro e definido dessas crianças durante o horário de trabalho e, é claro, a limitação nada simbólica do exercício profissional da mulheres mães. Beltrame e Donelli (2012) trazem resultados de diferentes estudos os quais apontam um impacto negativo da maternidade na participação das mulheres no mercado de trabalho.

O estudo conduzido por Bruschini e Ricoldi (2009) com mulheres trabalhadoras de baixa renda demonstrou que grande parte das mulheres entrevistadas precisou abrir mão de seus trabalhos formalmente remunerados para dedicar mais tempo aos filhos ou, pelo menos, assumir atividades autônomas que lhes conferissem maior flexibilidade de horário.

Badinter (2011, p. 181) traz dados europeus que demonstram que as mulheres sem filhos trabalham mais em relação às mães e ocupam postos mais importantes nas empresas como executivas e diretoras. Além disso, a atuação profissional das mulheres apresenta uma redução de acordo com a quantidade de filhos que elas possuem. A autora pondera que as políticas familiares implantadas em alguns países europeus não conseguiram reduzir as desigualdades na divisão do trabalho entre homens e mulheres.

Seja no Brasil ou no mundo, o trabalho masculinizado proporciona às mulheres trabalhadoras um endereçamento profissional, limitações para os ganhos salariais e ascensão na carreira ou, até mesmo, a extinção da vida profissional assalariada (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; LIMA, 2013; YANNOULAS, 2013). Maria traz essa realidade durante os encontros, quando diz que

“A gente não pode deixar de trabalhar, de ser profissional, entendeu? É um sentimento de conformismo, uma mistura de coisas, assim. Então por mais que eu quisesse

pensar em tomar uma decisão... Ah, eu vou trabalhar meio período, ah vou vender isso e vou sair do meu trabalho pra cuidar dos meninos. Por mais que eu tivesse esse sentimento, eu não poderia. Por mais que eu quisesse, que eu planejasse (batendo a mão na mesa), que eu quisesse, eu não poderia. Então, era assim, eu tinha vontade de largar tudo e ficar com eles”. Maria.

A fala de Maria traz sentimentos confusos e conflituosos. Por um lado, deseja continuar trabalhando por gostar de trabalhar e também pelo ganho financeiro. Por outro lado, sente-se desconfortável em afastar-se do filho de quatro meses de idade para retorno ao trabalho, em virtude do fim da licença maternidade. O cumprimento das previsões legais já listadas poderiam diminuir os sentimentos negativos desta e de outras mães trabalhadoras quanto ao retorno ao trabalho.

Mostra-se, assim, a urgência de uma revisão dos padrões para a organização do trabalho nas empresas, uma vez que o modelo em que está pautado (homem provedor – mulher cuidadora) encontra-se preso às práticas sociais e culturais mais fortemente presentes em nosso país até a década de 1950 (PINSKY, 2013).

No entanto, o momento atual é outro, como mostra a síntese dos indicadores sociais “Uma Análise da Condição de Vida da População Brasileira”, realizada e divulgada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a qual traz uma porcentagem muito próxima de homens (57,7%) e mulheres (55,8%) formalmente ocupados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013), denunciando a obsolescência das organizações e das práticas sociais relacionadas ao trabalho.

Podemos dizer que a insistência da não proteção da manutenção da atividade laboral das mulheres mães e trabalhadoras evidencia o ranço patriarcal de nossa cultura, ainda destinando as mulheres ao espaço privado. As transformações sociais levaram as mulheres para o espaço público, e a inserção em atividades profissionais formais foi uma via para essa publicidade das mulheres, mas a cultura e a ideologia social configuram-se ainda arraigadas nos costumes e comportamentos cotidianos.

Diante disso, está dada a desvantagem da mulher mãe e trabalhadora diante de outros profissionais que não precisam de “adaptações”, “flexibilidade”, “descanso”, “explicações” ou “conversas” para a execução do trabalho. Podemos compreender, dessa forma, o contexto da experiência do trabalho revestida de sentimentos de medo, desconfortos e culpa trazida pelas mães trabalhadoras do presente estudo.

Esses sentimentos são experimentados, inclusive, durante o momento de afastamento do trabalho para o gozo da licença maternidade. Isso porque o artigo 10, inciso II, alínea b, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal do Brasil prevê a

estabilidade para a trabalhadora gestante desde o anúncio da gestação até o quinto mês posterior ao parto (BRASIL, 1988). A proximidade do término do prazo definido para a estabilidade foi geradora de angústia e medo de demissão nas mães, em especial aquelas que trabalham em empresas privadas. Durante a própria licença maternidade, experimentaram sentimentos de inutilidade ou desnecessidade para as empresas em que trabalhavam, o que poderia motivar a demissão findada a estabilidade.

“Apesar de depois eu começar a sentir medo das pessoas não me acharem necessária. Eu fiquei com medo de não ser necessária”. Ana.

“Eu tô aprovando essa menina pra admissão, correndo o risco dela tomar o meu lugar”. Maria.

“Senti um pouco de medo, já antecipado, com a volta, pelo fato de eu ser contratada”. Ingrid Betancourt.

Além disso, a despeito da manutenção do comprometimento com o trabalho, dos resultados e do desempenho após o retorno da licença, a chegada dos filhos implicou na alteração na disponibilidade extra para o trabalho, o que nem sempre foi visto de modo positivo pelo empregador ou colegas de trabalho.

“Eu sou vista com maus olhos porque eu saio no meu horário[...] É um absurdo, então, eu querer ficar com minha família, com minha filha, que é pequena, mama no peito?”. Frida Kahlo.

“É que minha prioridade era cuidar do meu filho, né? Então fodam-se as outras situações. Se eu tenho que levar no médico, eu tenho que levar no médico e ponto final. Se não me autorizassem eu ia de qualquer jeito e depois eu ia ver no que dava”. Ingrid Betancourt.

“Eu não consigo mais levar trabalho pra casa. Eu levo, mas não consigo mexer. Quando eu era casada, só casada sem filhos, eu levava e conseguia fazer. Hoje, com os meninos, eu não consigo fazer”. Maria.

Essas situações evidenciam um ambiente de trabalho ainda pautado na supremacia masculina e no modelo de homem provedor e mulheres donas de casa. As instituições de trabalho ainda continuam a organizar-se em torno de um homem trabalhador que tem total disponibilidade para o trabalho, uma vez que seu lar e filhos estão bem amparados pela esposa. Como comenta Ingrid Betancourt, *“O modelo masculino de que não tem que voltar pra casa é tá reinando aí, né? Porque já tem alguém em casa cuidando das coisas”*.

O caráter obsoleto da masculinização do trabalho não se traduz somente pela ocupação notória das mulheres em atividades profissionais, mas também pelo início de uma ruptura do paradigma de irrelevância do pai nos cuidados com o filho e/ou do homem nos cuidados com

o lar e atividades domésticas. Como Frida Kahlo ressalta *“E essa é uma demanda que eu fazia para o próprio (esposo). Amigo, você tem agora uma criança, não dá mais pra você ficar aí”*.

Nesse sentido, Bruschini e Ricoldi (2012) ressaltam a emergência das discussões, legitimação e estimulação da participação dos homens nas atividades domésticas e cuidados com os filhos. O mundo do trabalho autoriza e estimula a entrega total do homem ao trabalho, em prejuízo das atividades paternas, conjugais e domésticas, o que também gera prejuízos para o trabalhador, pai e esposo, bem como para a dinâmica familiar.

4.2 “MULHER MARAVILHA”: A DIFÍCIL MANUTENÇÃO DA MULHER, DA TRABALHADORA E DA ESPOSA DIANTE DA MÃE

A chegada do filho exige cuidados exclusivos com o bebê, que tomam grande parte do tempo, disposição e saúde das mães, agora menos mulheres ou trabalhadoras (formais).

“Eu comia (filho). Bebia (filho). Respirava (filho). E ele não me desgrudava. Ele não ficava com outra pessoa”. Joana

O relato de Joana é expressivo. Sua experiência de exclusividade materna foi intensa, exaustiva e impossibilitou Joana de experimentar outras realidades como o novo emprego, os novos colegas de trabalho, a conjugalidade e as amizades.

Durante praticamente todo o período da licença maternidade, não só Joana, mas as mulheres deste estudo voltaram-se à rotina com o bebê (amamentar, dar banho, passear, colocar para dormir, trocar fraldas, preparar e oferecer a papinha, brincar, etc) e às atividades domésticas (ou tentaram já o bebê tomava a maior parte do tempo).

Foram, praticamente, 120 dias durante os quais elas se viram na companhia somente do bebê, reclusas ao espaço doméstico, do qual durante os meses iniciais pouco se ausentavam em virtude da recuperação do parto e da vulnerabilidade da saúde do bebê ainda pequeno. A vida social, antes intensa, com colegas de trabalho, clientes, alunos e amigos, foi bastante restringida, como trazem as mulheres do estudo,

“eu fiquei sem ter comunicação com ninguém. Porque eu ‘tava’ com um bebê que não falava. O dia inteiro. O dia inteiro. Então, isso foi muito ruim pra mim. Então, às vezes, o (marido) chegava do trabalho e eu conversava, conversava, conversava”. Ingrid Betancourt.

“ficava em casa e nem escovava o dente, nem o pijama eu tirava, o dia todo”. Maria.

Evidencia-se o pesar do afastamento das atividades sociais, profissionais e conjugais. De modo que o retorno ao trabalho foi experimentado como um alívio por estarem retornando, também, à vida social e ao exercício de outras funções para além da maternidade.

“Acho que eu me afundava tanto ali, nem no trabalho, mas em me relacionar, em voltar à vida normal. De adulta, sei lá. De mulher. De me sentir importante”. Maria.

“De fazer outra coisa que não fosse só ser mãe. Então, eu também senti muito alívio. Ai, ufa!”. Ingrid Betancourt.

“Mas pra mim, quando eu voltei a trabalhar, foi um alívio. Eu me sentia aliviada. Eu tive descanso. Porque eu trabalhava. Então eu conseguia respirar. Eu continuava sem dormir. De noite eu continuava sem dormir. Mas durante o dia eu descansava. Trabalhando, mas descansava”. Joana.

Apesar da jornada de trabalho de quarenta horas semanais, o exercício das atividades profissionais foi entendido por Joana como um descanso da função materna. As mulheres viram no retorno ao trabalho uma possibilidade de existência mais completa, ampla e satisfatória. Ser exclusivamente mãe não foi uma experiência plenamente agradável.

“eu deixava lá o (filho) com o (marido) e ‘toma que eu não quero mais ver essa criança’. (risos). *Então, assim, a licença maternidade é muito difícil pra mãe que trabalha e pra mãe que gosta de trabalhar. Eu gosto de trabalhar. Eu sempre trabalhei e eu acho que eu sempre vou trabalhar. Eu não me vejo não trabalhando. Me vejo trabalhando em outras coisas, mas não me vejo não trabalhando. Então, assim, eu vivi um período bem difícil na licença maternidade, por conta disso principalmente. Mas aí, quando eu voltei, eu achei um alívio”*. Ingrid Betancourt.

A vivência exclusiva da maternidade “sugou” destas mulheres uma existência versátil e com diferentes possibilidades. É Joana quem usa esse termo, ressaltando que o trabalho contribuiu, também, para uma melhor relação com o filho e com o esposo.

“Ele me sugava, né? E foi bom também porque eu chegava morrendo de saudade dele. Ele chegava morrendo de saudade de mim. Sabe? Então, assim. Era legal. Foi muito bom pra mim, pra ele e acho que até pro (marido)”. Joana.

Os relatos das mulheres confirmam as proposições de Badinter (1985) quando desmitifica o amor materno como algo instintivo, natural, ilimitado e obrigatoriamente característico das mulheres. Nunes (2011) complementa relatando que durante o final do século XVIII e início do século XIX, foram consideradas

características da essência feminina, atributos como: fragilidade, doçura, afetividade, passividade e capacidade de sacrifício. Características consideradas fundamentais para o cuidado com a infância. Associa-se a maternidade e a feminilidade a uma ética do cuidado com o outro (p. 106).

Desde então, as atividades de maternagem tem sido delegadas como funções afetas às mulheres, as quais se viram aprisionadas na execução exclusiva e privada dessas funções. Nunes (2011) ainda acrescenta que qualquer comportamento que extrapolasse o ideal definido para as mulheres como recato, mansidão, passividade, cuidado e discrição era repreendido.

As mulheres que tentam fugir destes padrões, sendo mulheres, trabalhadoras e não somente mães, por exemplo, podem ser consideradas como desajustadas e equivocadas em relação ao seu papel no mundo (PINSKY, 2013), realidade contemplada no desabafo de Frida Kahlo,

“eu acho que está muito atrelado a uma questão cultural [...] enquanto alguém não questionar, perguntar, perturbar, as coisas vão tocando desse jeito. Por isso que a gente fica, entendeu, sendo taxada de histérica, de louca, de não sei o quê, porque a gente tá exigindo o bom senso”. Frida Kahlo.

O bom senso de que Frida Kahlo fala é a validação das diversas formas de ser das mulheres, de modo que possam ser de maneira menos oprimida ou estigmatizante. Sobre este aspecto, Íngrid comenta,

“Eu quero ser humana. Eu quero ser mãe. Quero ser humana, quero ser mulher. Quero ser louca. Eu quero ser bruta. Eu quero ser esposa. Eu quero ser ‘periguete’, sabe? Eu sofro dia a dia. É uma luta. Eu me fazer ser eu.”. Íngrid Betancourt.

A fala de Íngrid é de alguém que está cansada de lutar para conseguir seu direito de ser como deseja ser, de alguém que consegue existir no mundo somente sob muitas discussões, desentendimentos, gritos e militâncias. É uma existência paradoxal. Por um lado, há a alegria de ser como é. Por outro lado, essa alegria só é possível com muito questionamento, perturbação ou luta, utilizando as expressões das próprias mulheres trabalhadoras. Como ressaltam Jonathan e Silva (2007, p. 78) “nesta abordagem da condição feminina, não há saída para a mulher contemporânea: culpada por trabalhar; culpada por não o fazer”.

Podemos perceber, desse modo, que vivemos em uma sociedade também paradoxal, em que fatos e conquistas pelos direitos das mulheres caminham lado a lado com estereótipos reducionistas que insistem em habitar nosso cotidiano de maneira sutil ou escancarada. Onde o direito de trabalhar caminha de mãos dadas com a supervalorização das mulheres mães e das limitações (in)visíveis para o exercício do trabalho, onde o direito de ir e vir é frequentemente interpelado por direcionamentos culturais para o caminho que essas mulheres devem seguir.

Nesta perspectiva, Swain (2001) ressalta a necessidade permanente e atual de luta pelos direitos das mulheres para desconstruir a cultura de submissão, domesticação e objetificação, oferecendo-lhes outras e novas possibilidades reais de ser, de pensar, de decidir e de existir. A luta por igualdade, respeito, acesso, liberdade ainda se faz necessária para oferecer a muitas mulheres caminhos jamais imaginados ou permitidos, emancipando-as

diante de sua existência e no enfrentamento de uma cultura que a identifica de modo não coerente com suas habilidades, possibilidades e desejos.

É sob essa perspectiva que a experiência da maternidade aliada ao trabalho é percebida como um processo natural para essas mulheres. É, para elas, um processo óbvio e que deveria ser mais naturalmente aceito pela sociedade. Elas não relatam conflitos pessoais pelo exercício paralelo das duas funções. Na verdade, elas entendem como saudável e necessária a conciliação das diferentes atividades.

“É mais uma função, assim, o amor pelo filho é uma coisa surreal. Isso sim. Mas a maternidade, a função que a gente tem que fazer no dia-a-dia é só mais uma coisa, uma coisa a mais”. Ingrid Betancourt.

Os sentimentos negativos e pesarosos aparecem quando elas se deparam com as demandas sociais que exigem uma postura das mulheres diferente das que estão exercendo. Nesse sentido, ao relatarem suas vivências umas para as outras, Joana suspira *“que bom que não sou só eu”*. E as demais completam *“Não mesmo. Eu acho que a maioria deve ser um pouco assim.”*, Ingrid Betancourt e *“Eu também não sou aquela complexada. Eu conheço mãe que é muito complexada. Sentem culpa de ter que deixar o menino pra trabalhar, sabe?”*, Maria.

Quando as mulheres do estudo se percebem caminhando contra os ideais sociais determinados para as mulheres, experimentam sentimentos contraditórios. Ou seja, sentem-se bem por serem o que gostam de ser ou fazer ou que gostam de fazer, mas, ao mesmo tempo, temem estarem fazendo algo errado, correndo o risco de prejudicarem o pleno desenvolvimento de seus filhos.

“Às vezes eu me sinto reflexiva sobre se eu devo continuar ou não acumulando essas funções. Já me peguei me questionando sobre o concurso que eu passei, já me questionei várias vezes, especialmente, sobre dar aula à noite, sobre continuar na catequese”. Frida Kahlo.

As atividades que Frida Kahlo listou são experimentadas com muita satisfação e prazer, mas tem se questionado sobre o impacto delas na relação com a filha. Essa dicotomia foi tratada por Rocha-Coutinho (2010, p. 227) em um estudo que entrevistou mulheres que abandonaram a carreira profissional para dedicarem-se exclusivamente aos filhos. A autora destaca que

embora essas expectativas sejam conflitantes, elas nem sempre são percebidas como tal e/ou sentidas de forma forte pelas mulheres. A maioria delas aprende desde criança a compartimentar, a manter separadas a esfera da realização profissional e a esfera doméstica.[...] A própria estrutura da sociedade moderna faz com que essa distinção acabe por parecer ‘natural’. As meninas são encorajadas a ter sucesso na

escola e a se preparar para um bom trabalho futuro, mas também se espera delas que, mais tarde, se tornem mães.

Desse modo, em algum momento, as mulheres se veem divididas entre o exercício de outras atividades sociais e a dedicação aos filhos. Sendo assim, por um lado há a sensação de que estão negligenciando a maternidade, por outro, se sentem muito bem com o exercício profissional, uma vez que ele lhes confere valorização e reconhecimento.

“Essa valorização foi muito boa pra mim. Então foi fácil. Apesar de eu ter o apego ao meu filho, a volta dessa licença maternidade foi fácil”. Maria.

“Mas eu me sinto bem em trabalhar. Eu me sinto uma mulher importante, de alguma forma, que faz a diferença”. Ana.

O trabalho doméstico e a maternidade, apesar de serem considerados naturalmente relacionados às mulheres, não são reconhecidos ou valorizados. É como se elas “não estivessem fazendo mais do que a obrigação” delas como mulheres, uma vez que essas atividades são consideradas como “trabalho de mulher”, como destaca Rocha-Coutinho (2003). Se é obrigação, não há necessidade de reconhecimento. A maternidade impera no espaço privado, acompanhada das atividades domésticas. E o mundo privado funciona como uma espécie de submundo, praticamente invisível.

Crescêncio e Mello (2013), por meio da análise das charges publicadas por periódicos feministas do Cone Sul, na segunda metade do século XX, demonstram a invisibilidade do trabalho doméstico, considerando não somente os cuidados com a casa, mas com os filhos. Poeschl (2000, p. 695) afirma que as transformações sociais promovidas desde então “não se traduziram em alterações significativas da organização familiar”.

Nesse sentido, por mais que se percebam como boas mães, sintam-se importantes para seus filhos e gostem do exercício da maternidade, a exclusividade desta função não se traduz em reconhecimento. Muito pelo contrário, traduz-se em invisibilidade. Ser somente mãe é existir somente para o filho e deixar de existir socialmente.

Jonathan e Silva (2007, p. 78) ressaltam, dessa forma, “a necessidade de modificar o pensamento em relação ao trabalho feminino, de questionar o tabu do fardo que o trabalho fora do lar representa para as mulheres”. Possati e Dias (2002) acrescentam que as diversas funções das mulheres contribuem de modo muito positivo para a o bem-estar dessas mulheres, sendo assim “transitar simultaneamente nos espaços públicos e privados pode se constituir como um fator enriquecedor e, não, de estresse e culpa” (JONATHAN; SILVA, 2007, p.78).

Desse modo, as mães trabalhadoras deste estudo continuam na luta pelo exercício de suas diferentes formas de ser no mundo. Para isso, contam, frequentemente, com o apoio de outras mulheres (mães ou não) para o cuidado de seus filhos enquanto executam outras atividades.

Todas as mulheres que participaram deste estudo possuem diarista ou empregada doméstica e seus filhos ficam com as avós, babá ou creche (onde as cuidadoras são mulheres) durante a jornada de trabalho delas e dos esposos. Quando precisam realizar outras atividades, que não só o trabalho, como compras no mercado, salão de beleza ou lazer com marido ou amigas, elas contam como apoio das avós (materna ou paterna).

“Aí deixo ele na minha mãe, minha mãe me ajuda muito. Ela mudou toda a rotina dela. Eu tenho a faxineira lá em casa, e eu vou tentando manter. Quando a faxineira não está, a responsabilidade das coisas é minha”. Ana.

“Aí eu vou, deixo ela na minha mãe. Quem me ajuda com a (filha) é minha mãe. [...] Meu pai ajuda também. Mas não é assim, uma ajuda essencial. É uma ajuda esporádica de mais de dengo de avô. A gente tem a diarista que vem pra limpar e passar...que é uma mão na roda... Isso alivia bastante”. Frida Kahlo.

Essas outras mulheres são fundamentais para o exercício da vida pública dessas mulheres e melhor aproveitamento da vida privada, conforme os resultados das pesquisas de Almeida (2007) e Bruschini e Ricoldi (2009), com trabalhadoras de baixa renda. No caso destas últimas, as creches e escolas aparecem mais fortemente como apoio, em relação às avós e diaristas ou domésticas.

Nesse sentido, a discussão anterior quanto à implantação de creches públicas é novamente suscitada, aliada à necessidade de inserção do ensino integral nas escolas da rede de ensino pública, conforme ressaltam as autoras dos trabalhos e as próprias mulheres entrevistadas.

Rapoport e Piccinini (2006) realizaram uma investigação da literatura sobre apoio social e maternidade. Os trabalhos revisados pelos autores, embora tragam realidades não brasileiras, indicaram que o apoio social traz benefícios para a experiência da gestação e maternidade das mulheres, bem como para a relação delas com seus filhos e esposos. Outro fator relacionado é que o apoio social “torna os papéis de mãe e pai mais fáceis, tornando-os provavelmente mais afetivos do que se estivessem cuidando dos filhos sozinhos” (RAPOPORT; PICININI, 2006, p.90).

Além disso, os trabalhos demonstraram que as mulheres nem sempre solicitam essa ajuda ou a aceitam quando lhes é ofertada. Ana refere-se a essa dificuldade de compartilhamento e divisão das atividades maternas, especialmente com o esposo,

“Por exemplo, pra poder estar aqui hoje, ele (o marido) não me cobra. Mas eu sinto culpada. Como se ele tivesse fazendo um favor pra mim, de ‘tá’ olhando o filho. E não é. Se eu for fazer uma unha, ele não cobra. Eu que sinto mesmo. Já não sinto com minha mãe. [...] Não sei se por ser mãe e achar que mãe é que tem... Ou então é a criação porque lá em casa tudo sempre foi minha mãe. Meu pai nunca abriu mão de nada. Ontem mesmo, eu deixei ele lá pra trabalhar e o (marido) que ia buscar. E minha mãe falou ‘nossa, seu pai nunca fez isso’”. Ana.

A dificuldade de Ana está relacionada ao fato de que “mãe é mãe” conforme ressalta Rocha-Coutinho (2010, p.223) e análises anteriores, sendo um comportamento passado de geração em geração. No entanto, podemos perceber na fala de Ana que o marido pode e cuida do filho, o que já não acontecia quando sua mãe estava neste momento de demanda por apoio para a experiência de sua própria maternidade.

Dessa forma, o esposo pode e deve ser compreendido como alguém que possui responsabilidades nos cuidados com os filhos e o lar, mesmo que eles demandem uma intervenção mais clara quanto à essa realidade. Quanto ao fato de possuírem maridos que são pais zelosos e participativos, as mães trabalhadoras deste estudo consideram-se como privilegiadas, entendendo que essa não é a realidade de grande parte das mulheres brasileiras, como destaca Ingrid Betancourt *“e olha que nós estamos em uma posição privilegiada em relação à maioria das mulheres em nossa sociedade”*.

Quando nos referimos aos pais como zelosos e participativos, parece haver um elogio à sua postura e conduta paternas. No entanto, quando nos referimos a uma mãe, essas características são consideradas naturais e obrigatórias, não havendo necessidade de exaltá-las ou destacá-las.

Araújo (2010, p. 16) considera que a divisão democrática das responsabilidades com a família, implicando a não obrigatoriedade das mulheres e a ausência de imunidade para os homens, resulta na produção de novos valores sociais e poderia contribuir para a formação de cidadãos mais críticos. Teríamos, assim, uma mudança mais consistente nos padrões esperados para homens e mulheres e o esperado seria a igualdade de responsabilidades e direitos. Estaríamos, dessa forma, mais próximos da construção do “homem-pai” conforme destacado por Gomes e Resende (2004, p. 125).

Diante do exposto, Maria considera que a melhor definição para as mulheres que exercem todas essas atividades e que são múltiplas em sua existência seria a de “mulher maravilha”.

“eu não vejo outro slogan que não ‘mulher maravilha’. Pra mim eu acho que nós somos mulher maravilha. Não porque ‘ah, eu sou mesmo fodona. Eu consigo’. Não gente. Mas olha a nossa realidade!”. Maria.

Infelizmente, a “Mulher Maravilha⁴” dos quadrinhos e desenho animado é uma personagem pública, que possui seu valor social. Quando entra em sua espaçonave invisível se torna invisível aos seus inimigos quando lhe é conveniente e para sua própria proteção. As mulheres reais possuem em seus lares locais que as tornam invisíveis, mas não como fonte de proteção.

A maravilha na vida da personagem é salvar o mundo (mesmo que esteja vestida em um maiô tomara-que-caia, em que a qualquer momento seu corpo pode mostrar muito além do que já está mostrando e mantenha-se sensual e atraente). Na vida das mulheres reais, a maravilha é conseguirem, sob muito sacrifício, ser o que desejam ser ou ir onde desejam ir.

4.3 ESTADO CIVIL: CANSADA

Ao longo de todos os encontros, a temática que mais esteve presente nas discussões foi a conjugalidade. Embora os encontros tivessem temas orientadores, como “A gestação trabalhadora”, “O retorno ao trabalho após a maternidade” e “Ser mulher mãe e trabalhadora”, em todos eles, o distanciamento na interação com o esposo e as dificuldades com a execução das tarefas domésticas (lavar e passar roupas, limpar e organizar a casa, lavar louças, organizar as mochilas das crianças, fazer compras de supermercado, etc) apareceram de modo marcante.

Após o segundo encontro, Íngrid Betancourt enviou-me uma imagem (figura 1) que sintetizava a experiências delas, compartilhadas até aquele momento, em relação à conjugalidade diante da maternidade trabalhadora, tendo sido validada pelas demais mulheres, mães, trabalhadoras e esposas.



Figura 1: Estado Civil: cansada. Imagem enviada pela participante após o segundo encontro.

⁴ Mulher Maravilha é uma personagem das histórias em quadrinhos americanas, criada por William Moulton Marston no período da Segunda Guerra Mundial. É fortemente associada ao feminismo como uma maneira de superar os estereótipos da época, trazendo uma ideia de mulher forte, guerreira e que luta pelo combate ao crime (Caixeta, 2012). No entanto, ainda preserva algumas expectativas para a postura das mulheres que deveriam comandar o mundo força, mas mantendo “seu amor, carinho e feminilidade” (Caixeta, 2012, sem paginação).

Esta imagem, de acordo com as mulheres do estudo, está fortemente relacionada à divisão das tarefas domésticas e ao esforço que empreendem/empreenderam para que sejam/fossem desempenhadas de modo igualitário entre elas e os esposos. Esse cansaço surge antes mesmo do aparecimento dos filhos, mas é agravado com a chegada deles.

“Mas isso vem bem de antes, assim. Do início do casamento a gente só brigava por isso. Divisão das tarefas domésticas, assim. Então eu me sentia, obviamente, sobrecarregada. E eu era muito resistente a empregada. Muito resistente. Minha argumentação era de que duas pessoas tinham que dar conta de duas pessoas. Mas não ‘tava’ rolando. Eu senti que ‘tava’ mesmo insustentável. Não tanto pra gerenciar a casa, mas porque havia uma resistência dele em dividir as tarefas. Uma resistência no sentido de ‘eu faço, mas eu não queria que fosse uma obrigação para fazer todos os dias a mesma coisa’. A única solução que ele via era essa, então eu acabei cedendo porque ‘tava’ ficando meio cansativo você ficar batendo na mesma tecla. E acabei me acostumando facilmente com isso também. Aí é assim, ela (diarista) faz as coisas de casa e a gente tenta manter”. Frida Kahlo.

“E a gente brinca de casinha sem filho e aí depois que os filhos vêm, você vê que virou adulta, entendeu? (risos) E que agora você tem que cozinhar porque senão a criança não come, você tem que lavar, você tem que passar, você tem que fazer isso. E você faz 70% de todas as coisas que tem pra fazer em casa e o seu marido, por ‘mais bom’ que ele seja, excelente, ele não faz metade da metade da metade do que você faz”. Joana.

“Mas eu digo no sentido de, por exemplo, eu chego todos os dias em casa cansada. E eu chego em casa, eu sou uma metralhadora. Eu nem tiro a roupa: arrumo todas as malas dos meninos, arrumo tudo o que tiver, não consigo sentar. Mas na hora que eu sento, que eu vou botar eles pra dormir, eu capoto”. Maria.

“Em casa, basicamente, eu que faço tudo. Quem lava a roupa sou eu. Ele raramente lava. A louça o (marido) de vez em muito lava. Ele gosta muito de fazer comida. Então, às vezes ele faz e eu acho uma maravilha. Mas a gente, também, nunca negociou ‘você faz isso, você faz aquilo’. Mas é meio pesado assim. Eu acordo, aí já em função do filho. Aí faço o café do (marido) e ele sai. E o filho, porque quando era pequeno você coloca no sofazinho e deixa. Depois, ele quer ir lá na cozinha. Então, assim, eu tento fazer tudo antes dele acordar. Só que ele acorda tarde. E às vezes eu quero dormir até mais tarde também. Tem dia que eu durmo e aí depois eu tenho que me virar. Eu faço a comida dele, né? Eu tenho que tomar banho. Não tomo banho sozinha nunca mais na minha vida. Porque somos só eu e ele. Hoje mesmo eu não tirei o condicionador do cabelo”. Ana.

Íngrid Betancourt foi a única que descreveu não viver essa realidade de sobrecarga de trabalho, uma vez que age, fortemente, para que isso não aconteça. No entanto, isso não implica em uma experiência menos desgastante ou conflituosa, como ela mesma relata.

“Não é a minha realidade. Mas não é por isso que eu deveria me sentir satisfeita. Eu não me sinto. Eu não vou lavar louça mais do que ele, eu não vou não sei o que mais do que ele. Mas não é só isso que eu quero. Entendeu? Isso não é algo que é pacificado lá em casa. Ele me cobra. [...] Não é assim, ah, ele é um cara bom, bacana, compreensível. Mas porque eu imponho a minha vontade, o que eu acho que é certo. O que é motivo de muita briga”. Íngrid Betancourt.

Por mais que tenham descrito seus companheiros como homens participativos e com uma postura diferenciada em relação aos demais, ainda se faz necessário um movimento intenso e constante delas no sentido de manter uma divisão mais equilibrada das tarefas domésticas e cuidado com os filhos.

“A questão da divisão das tarefas em casa, se eu não falar, ele monta, assim. E, naturalmente, se eu deixar como está, eu vou me daqui um mês fazendo mais, não digo tudo...mas é pra onde a maré vai... a maré vai. Por isso todos os dias eu tenho que dar uma caminhadinha contra a maré, tal. Todo dia. Em tudo, nas coisas com o filho, nas coisas de casa, no nosso relacio... (pausa), na nossa vida financeira”. Ingrid Betancourt.

O relato das esposas mães e trabalhadoras evidencia a “supremacia” das mulheres no contexto doméstico, logo, privado. Este é cultural e historicamente, por definição, o espaço de existência das mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2006; MADALOZZO; MARTINS. SHIRATORI, 2010; OLIVEIRA; PELLOSO, 2004), sendo esta a maré de que fala Ingrid Betancourt. É a maré de anos de destinação feminina ao espaço privado, desvalorizado e invisível, conforme ressalta Hirata e Kergoat (2007).

Essa maré pode estar contribuindo para que as mulheres do estudo, com exceção de Ingrid Betancourt, tomem para si a responsabilidade nos cuidados com a casa. Como Joana salienta.

“Mas o bacana é isso. Você (Ingrid Betancourt) deixa. Porque se eu deixar (o marido lavar as louças), as louças ficam lá na pia. Aí uma hora, depois de três dias o (marido) lava. E eu num aguento isso.”. Joana.

Joana se refere ao seu afastamento das atividades domésticas permitindo, assim, uma maior atuação do esposo. A iniciativa dele para realizar essas atividades apresenta-se mais demorada que a dela. Sendo assim, tem dificuldades em esperar que ele tome a iniciativa por ele mesmo, resolvendo sozinha a situação. Dessa forma, acaba mantendo-se à frente dos afazeres domésticos e nadando no mesmo curso da “maré” citada anteriormente.

A prática social das mulheres deste estudo, bem como de outras mães, mulheres, trabalhadoras, militantes, independentes, questionadoras, executivas, mães ou cientistas ainda parece não ser suficientemente forte para provocar alterações profundas, consistentes e permanentes nessa “maré” que define a forma como são interpretadas e compreendidas socialmente.

O estudo de Cyrino (2009, p. 87) identificou que ainda é “recorrente a associação entre as mulheres e os cuidados com os filhos”. Em um estudo com homens casados, Nascimento, Gianordoli-Nascimento e Trindade (2008) identificaram que a representação social do trabalho feminino é compreendida por esses homens como um direito adquirido e não

necessariamente legítimo. Desse modo, elas conquistaram o direito de trabalhar, mas não podem abrir mão dos seus deveres, os quais se relacionam às tarefas que são “naturalmente” aceitas como sendo suas: cuidar da casa e dos filhos. O mesmo aspecto foi abordado no estudo de Silva, Jorge e Queiroz (2012), tendo como referência a cultura portuguesa, onde se percebe a divisão desigual dos afazeres domésticos e uma sobrecarga de trabalho para as mulheres.

Estão dadas, dessa maneira, as condições para a que elas assumam (ou recebam) a responsabilidade em relação às atividades domésticas. E nos encontramos, mais uma vez, diante de um paradoxo existencial. O exercício da atividade profissional, com todos os retornos que ele gera (financeiro, emocional, pessoal ou social) é conflitado diante da pressão social de realização das tarefas domésticas e cuidado com os filhos (BRUSCHINI; RICOLDI, 2009).

Não raro, podemos observar uma experiência, no mínimo, cansativa da existência dessas mulheres no mundo (ALMEIDA, 2007; ÁVILA; PORTES, 2012). Sobre este aspecto, elas comentam,

“Meu corpo tem dado alguns sinais de um cansaço, uma fadiga em relação a isso. [...] Às vezes eu me sinto culpada por não me sentir satisfeita mesmo fazendo tantas coisas. E fazendo tantas coisas e abrindo mão de outras. Às vezes eu reflito coisas que são mais importantes e que precisam mais de mim nesse momento, como é o caso da (filha), que necessita mais da minha presença física”. Frida Kahlo.

“Ah, é meio pesadinho, né? Assim, é tudo muito em cima de você. Não só o filho mas algumas coisas de casa”. Ana.

Madalozo, Martins e Shiratori (2006), em pesquisa com a população brasileira, identificaram que as mulheres com melhor remuneração tinham maior poder de barganha quanto ao não exercício das atividades domésticas. Nesse sentido, quanto maior o valor público dessas mulheres, menos são as “obrigações” que precisam cumprir na vida privada.

Ainda que considerássemos o ganho financeiro superior ao cônjuge um aspecto libertador para essas mulheres, de acordo com o próprio estudo de Madalozo, Martins e Shiratori e outros como o de Yannoulas (2002) e Bruschini (2007), encontraríamos neste mesmo argumento um grande obstáculo, já que a remuneração das mulheres no mercado de trabalho apresenta-se inferior a dos homens.

Podemos perceber outra fragilidade do argumento na experiência de Maria. Ela possui maior remuneração em relação ao marido, mas isso não é o suficiente para que ela emancipe-se da “obrigatoriedade” dos afazeres domésticos, definindo-se como uma “metralhadora” para conseguir resolver todas as atividades.

De toda forma, o que se pretende é, efetivamente, a igualdade de direitos e deveres no contexto privado. Se hoje, e desde sempre, os homens recebem maior remuneração em relação às mulheres, não é somente superando a remuneração que as mulheres conseguirão a igualdade de que precisam para um gozo mais saudável de suas próprias existências.

Não se trata de barganhar seus direitos, sua saúde ou o óbvio dentro de um contexto onde “*duas pessoas tinham que dar conta de duas pessoas*”, como pondera Frida Kahlo. E não uma pessoa dar conta de todas as outras. Não se trata de mudar as peças do jogo de lugar, mas de mudar as regras do jogo ou, melhor, parar de jogar. Isso porque o jogo e a barganha implicam que um deve perder para que o outro saia ganhando. Nesse sentido, todos perdem: mulheres, homens, filhos, conjugalidade.

Podemos observar essas perdas na relação conjugal das mulheres do estudo, uma vez que se sentem desvalorizadas e não reconhecidas pelos esposos em razão do esforço que fazem para conseguir cumprir com todas as suas “obrigações”.

“Eu queria sentir. Eu queria ver que eu faço a diferença. Eu não vejo que eu tenha diferença”. Ana.

Elas apresentaram rotinas diárias exaustivas, atividades intensas em casa, no trabalho, com os filhos, preocupações notáveis com os horários, cobranças pessoais, dos esposos, dos familiares e sociais; mas não são reconhecidas por essa dedicação. Diante disso, é curioso notar que algumas delas viam no casamento uma possibilidade de libertação, de uma existência mais livre frente aos impedimentos sociais e familiares que viam na vida de solteiras.

“Eu penso que a gente nunca é inteiramente livre. Sabe, a gente quando é solteira a gente pensa ‘ah, eu vou sair de casa pra ser livre’. Aí você tem, em casa você tem que obedecer pai e mãe, na escola você tem que obedecer professor, aí você começa a trabalhar você já tem que obedecer o seu superior, aí você casa, você diz ‘vou ser livre!’. Aí você tem que se sujeitar às vontades do marido”. Joana.

“Joana, eu gostei do que você falou. Você falou uma coisa que é verdade. A gente sempre vai ser submissa. Eu sou uma burra. Porque assim, eu sou muito inocente, gente. Assim, eu casei. No final do meu casamento eu escrevi uma carta pro meu pai, e a frase, eu acho que não vai sair nunca da minha cabeça, vou sempre lembrar dela [...] ...No comecinho da carta eu escrevi, eu comecei assim: eu venci. E o que eu mais passo é provação na minha vida de casada. E eu fui muito ingênua de achar que por casar eu vou ser livre. Entende? Justamente por isso, por achar que eu consegui”. Maria.

As expectativas de liberdade e satisfação, no entanto, foram frustradas diante de uma vida conjugal aprisionada aos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Desse modo, o trabalho surge como redentor, como libertador das amarras, onde se sentem mais livres,

reconhecidas e valorizadas. Esse aspecto foi encontrado na literatura revisada por Possati e Dias (2012), os quais evidenciam os impactos positivos do trabalho remunerado no bem-estar de mulheres trabalhadoras.

Considerando o aprisionamento às tarefas domésticas e sua desvalorização, bem como a rotina intensa de atividades, não é de surpreender que a conjugalidade tenha sido descrita pelas mulheres como o campo existencial mais fortemente prejudicado com a chegada dos filhos. Essa realidade foi denunciada mais abertamente no último encontro, quando as devoluções foram realizadas.

Quando eu expus que o retorno ao trabalho possibilitou o retorno à existência delas enquanto trabalhadoras, mulheres ou outras funções, incluindo a de esposa, elas rapidamente me corrigiram dizendo que o de esposa “*não. Não voltou jamais. Jamais voltará*” (Íngrid Betancourt) e “*até hoje não voltou*” (Frida Kahlo). As expressões das esposas trabalhadoras refletem sentimentos de desesperança frente a uma conjugalidade mais interativa e efetiva. Os efeitos podem ser vistos na redução do diálogo, dos momentos de lazer e da frequência nas relações sexuais.

“E cadê a conversa? Logo com ele que gosta de conversar muito, sabe? Cadê o sexo, que não tem e ele reclama?”. Maria.

Esses aspectos foram identificados por Souza e colaboradores (2007) em um estudo com casais em que ambos os cônjuges trabalhavam e os filhos estavam em idade escolar. A conjugalidade foi a que menos recebeu investimento por parte dos cônjuges em relação aos filhos, trabalho e tarefas domésticas. Sendo que, coube às mulheres do estudo a responsabilidade maior em relação aos filhos e a casa. A participação dos homens evidenciou-se de modo mais esporádico e não regular quanto aos trabalhos domésticos e o cuidado com os filhos esteve mais relacionado aos momentos de lazer.

As trabalhadoras mães e esposas relataram maior facilidade no exercício da maternidade e do trabalho em virtude de uma dinâmica que não favorece o aparecimento da esposa.

“Acho que tem muitos papéis envolvidos no mesmo ambiente, dentro da casa. De esposa e de mãe. Quando você está com seu bebê, com a presença do seu marido, o bebê prevalece. Não estou dizendo que ela fica isolada no papel de dona de casa, nem isolada no papel de mãe, no sentido dos cuidados com a criança, mas são vários desempenhados dentro de um mesmo ambiente. Já no ambiente de trabalho você precisa desempenhar só aquele papel de trabalhadora”. Frida Kahlo.

A coexistência de várias funções dessas mulheres dentro de um mesmo ambiente e no mesmo momento fazem prevalecer a mãe e a dona de casa em detrimento da esposa. No ambiente de trabalho, a profissional existe absoluta, sem a interferência das demais funções.

“É que quando eu entro lá (no trabalho), eu me afundo tanto nas coisas que tem pra fazer, que às vezes a gente acaba esquecendo um pouco, né?”. Maria.

“O de profissional, do trabalho, você tá lá. Não tem filho no meio, não tem marido no meio, você se dedica 100%. Agora, o de esposa, você tá dentro da sua casa, da sua realidade de mãe, de dona de casa. E você, também, acho que não volta a ser o que era antes (de ter filhos)”. Ingrid Betancourt.

O espaço doméstico, privado, parece denunciar para essas mulheres a necessidade de um existir restrito à função materna e cuidados com a manutenção física desse espaço. Embora entendam que as atividades domésticas devam ser compartilhadas com o esposo que também divide esse espaço privado, a conjugalidade acaba sucumbindo. Isso porque, de acordo com as mulheres mães trabalhadoras e esposas, a responsabilidade quanto à saúde conjugal também recai sobre elas.

O mesmo movimento realizado para divisão das tarefas domésticas é experimentado na divisão pelas responsabilidades relacionais afetas à conjugalidade. Os maridos, por vezes, demonstram insatisfação com o relacionamento e até mesmo com o afastamento delas na relação com eles. No entanto, não se posicionam ou se manifestam, cabendo às esposas a iniciativa do diálogo e entendimento, para os quais eles se mostram abertos e receptivos.

“Hoje, o (filho) já não requer tantos cuidados, eu acho que eu ‘tô’ ficando pra trás. Já tinha que ter voltado pra uma normalidade a relação do casal. E não volta. Não por conta de mim, mas por conta dele”. Ingrid Betancourt.

“Esse retorno eu tenho tentado resgatar, mas tem que ser quase que impositivo. Eu acho que ele tem o mesmo sentimento, mas não se incomoda tanto quanto eu. Não se mobiliza. Não. Jamais. De jeito nenhum”. Frida Kahlo.

Nesse contexto, o cansaço reaparece agora relacionado à constante iniciativa delas de alterarem a dinâmica familiar em benefício do casal e da própria família.

“Mas é uma tendência, assim. A gente senta, conversa, dali a pouco o negócio volta a acontecer. Acontece algum episódio que me desmotiva, me desagrada. Aí eu penso ‘não adiantou porra nenhuma a conversa que eu tive com ele’. E aí isso desmotiva. Isso gera um ciclo de que ‘ah, não resolve também conversando, então vou fazer o que?’. Deixar pra lá”. Frida Kahlo.

Nesse “deixar pra lá” a distância entre os cônjuges pode ir se agravando e prejudicar a manutenção da própria relação, como destaca Ingrid Betancourt *“estamos sendo ótimos pais.*

Estamos cuidado muito bem das nossas finanças, do nosso futuro profissional. E a gente vai chegar num ponto que a gente vai viver isso separado”.

Maria, diante da exposição das demais participantes, sugere os caminhos para superação dessa tendência da relação conjugal, considerando a realidade em que ambos trabalham e os filhos estão ainda pequenos.

“Eu fiz o esforço e percebi ele mais flexível em aceitar algumas deficiências que eu tenho, de comportamento, de energia, de tudo. E aí é isso. Essa sinergia de nós dois. E a gente vai se adaptando. Ele vai cedendo de um lado, eu vou cedendo de outro, e aí eu percebo que essa vida conjugal tá começando a dar certo.” Maria.

As esposas mães e trabalhadoras deste estudo concordam que a experiência da conjugalidade exige, de ambos, investimentos, mudanças e adaptações. Além disso, ressaltam a importância na ruptura da tendência ao afastamento, sendo outra “maré” contra a qual precisam nadar. Entendem a importância do diálogo e do nadar contra a maré, mas se encontram, com certa frequência, muito cansadas. Cansadas de lutar e de nadar contra a maré, de serem solitárias na busca por uma vida familiar mais igualitária e saudável, de tomarem a iniciativa, de lavarem as louças, de serem a “mulher maravilha”.

No entanto, mostram-se esperançosas quando ouvem os resultados positivos que a manutenção dos esforços pelo bem-estar da conjugalidade, particularmente, traz. O cansaço cede lugar à esperança e ao desejo de mudar a própria história. Começam a perceber que os maridos podem caminhar junto com elas.

Perlin e Diniz (2005) encontraram resultados semelhantes às conclusões das mulheres do estudo na pesquisa que realizaram com 111 casais em que ambos trabalhavam e a maioria possuía filhos. Os casais demonstraram-se satisfeitos com o relacionamento e dispostos a continuar investindo esforços para sua continuidade. O movimento pela conjugalidade foi destacado como iniciativa de ambos os membros do casal, assim como o cuidado com os filhos e as tarefas domésticas.

Sendo o espaço privado habitado por homens e mulheres é razoável, então, que a participação de ambos neste espaço seja, também, compartilhada. Já são notórios os benefícios que a conjugalidade efetivamente partilhada pode trazer para homens e mulheres. Podemos expandir a necessidade de movimento pela igualdade para fora do contexto privado. Nesse sentido, teríamos homens lutando também pelo direito (ou dever) de dedicarem mais tempo a outras atividades e funções que não só o trabalho.

Sob essa ótica, temos impasses formais para o envolvimento pleno dos homens na relação conjugal e paternidade. Atualmente, por exemplo, a licença paternidade prevê

somente cinco dias corridos de afastamento do pai trabalhador das atividades laborais (BRASIL, 1943, artigo 10, parágrafo primeiro dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias). Sendo que, inicialmente, a licença era de somente um dia, destinado ao registro da criança no cartório, sendo este o papel do pai biológico em relação ao filho.

Em alguns países da Europa, a licença para os cuidados com o filho é concedida em benefício da mãe, do pai ou de ambos. Além disso, o período da licença pode chegar a um ano e seis meses (Badinter, 2011). Essas mudanças legais podem ser uma brecha para a validação de uma maior participação dos homens no contexto doméstico, embora não sejam definitivas e suficientes.

Meulders e colaboradores (2007), investigando os benefícios e políticas públicas vigentes em quinze países europeus, concluíram que a licença paternidade, ocorrendo nos mesmos moldes da licença maternidade, “reduziria bastante as tarefas familiares tradicionalmente assumidas pela mãe e estimularia uma melhor divisão do trabalho não remunerado dentro do casal”.

No entanto, em se tratando da realidade brasileira, Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009, p. 853) constatam que a

“atuação do Estado brasileiro, ao contrário, está distante desses objetivos: os direitos trabalhistas relacionados à proteção à família, além de terem cobertura bastante limitada, reforçam a concepção tradicional de família composta de um ‘homem provedor’ e uma ‘mulher dedicada aos cuidados do lar’, com sérios rebatimentos sobre a inserção feminina no mercado de trabalho e sobre a divisão sexual do trabalho reprodutivo”.

Nesse sentido, faz-se extremamente importante a revisão das políticas sociais e legislações vigentes, assim como os padrões culturais relacionados à participação dos homens nas tarefas domésticas, de modo a garantir uma efetiva contribuição e distribuição igualitária de responsabilidades. Teríamos, dessa forma, pais participativos no desenvolvimento de seus filhos, realizando as atividades domésticas; casais mais harmoniosos e podendo exercer, verdadeiramente, a conjugalidade que desejaram; e, finalmente, mulheres experimentando a maternidade, o trabalho, a conjugalidade e as suas próprias existências de modo mais leve e saudável.

Enquanto isso não ocorre, a experiência da maternidade aliada ao trabalho, aos afazeres domésticos e à conjugalidade é entendida pelas mulheres deste estudo como,

“[...] um desafio. É um desafio em vários sentidos: físicos, emocionais, logísticos, temporais”. Frida Kahlo.

“[...] uma correria. [...] É difícil. Mas não é fácil não. Vai ter coragem!”. Ingrid Betancourt.

“[...]pesadinho, né?”. Ana.

“[...]sobrecarregada”. Joana.

“[...]plena, plena, eu não era”. Maria.

Diante disso, ser mulher, mãe, trabalhadora e esposa é estar em constante luta por igualdades e liberdades, ou nadando contra a maré, conforme relato das participantes. Sendo necessária muita coragem para enfrentar os impedimentos, as omissões, as sobrecargas e a rotina pesada. Levando a crer que *“esse trem aí não é pra qualquer um não. Eu não sei. Eu tenho minhas dúvidas se todas as mulheres deveriam ser mãe”* (Frida Kahlo).

É preciso, neste panorama, coragem para existir, para ir e vir, para ser mulher, mãe, trabalhadora, esposa, amiga, filha, estudante, tia, cidadã. É preciso coragem para mudar a própria existência e para continuar existindo, sendo que é um caminho que *“ufa! Cansa. Bota aí, cansa!”* (Ingrid Betancourt).

4.4 O VIVIDO SILENCIOSO E SOLITÁRIO

Ao final do último encontro, as mães trabalhadoras mostraram-se preocupadas com a real contribuição delas para a pesquisa. Como estavam falando de suas experiências para além da maternidade, entenderam que não estavam relatando o que seria importante para o alcance dos objetivos do estudo.

“Eu não sei se a gente saiu do tema que você tinha proposto. Acho que talvez como um momento de desabafo e a gente se apropriou disso”. Ingrid Betancourt.

Frida Kahlo completou dizendo que *“você só ficou ouvindo nossas lamentações”*.

Mais do que uma preocupação com meu trabalho, que percebi como genuína, as mulheres denunciaram a experiência solitária e silenciosa das dificuldades, cansaços e desafios de serem, diariamente, mulheres, mães, trabalhadoras e esposas. Se não há espaço para uma vivência efetiva da conjugalidade, a rotina pesada de atividades e responsabilidades pode estar distanciando-as, também, de interações sociais nas quais poderiam compartilhar suas experiências e ouvir experiências de outras mulheres.

As amigas apareceram somente na fala de Ingrid Betancourt, que relatou manter dias fixos de encontros com as amigas. E, ainda mantendo uma vida social movimentada e encontros periódicos com as amigas, Ingrid Betancourt foi uma das que mais fez uso do seu espaço para fala, explicitando o caráter mobilizador de sua experiência.

“Eu tenho necessidade de sair com minhas amigas pra conversar. Eu tenho necessidade. Eu tenho agenda. E eu vou”. Ingrid Betancourt.

A necessidade de Íngrid Betancourt em dialogar com as amigas evidencia a importância de relacionamentos que transcendem o contexto doméstico. O diálogo com amigas pode contribuir para a troca de informações sobre suas vidas, saída de suas próprias realidades e escuta de outras realidades diferentes (não casadas, não trabalhadoras ou não mães, por exemplo).

Além disso, as amigadas configuram-se como um grande meio de promoção de saúde e qualidade de vida, conforme explicitado por De Souza e Hutz (2008) em uma revisão da literatura sobre amizade na vida adulta. Caracterizam-se, dessa forma, como uma estratégia de manutenção da saúde e bem-estar dessas mulheres. No entanto, a própria realidade e logística cotidiana podem estar afastando-as do gozo dessa estratégia promotora de saúde. O que pode ser percebido na dificuldade de encontrar um momento de disponibilidade comum entre todas elas.

Ainda, ao final dos encontros, em todos eles, elas iam embora conversando entre si sobre a necessidade de mais momentos como “esse” e de como foi bom ouvir umas às outras e falar sobre suas experiências. Evidenciando a raridade com que acontecem “esses” momentos em suas vidas. Podemos entender “esse” momento, como um momento de diálogo, interação, desabafo, choro, raiva e solidão compartilhada, uma vez que estavam longe de suas famílias, mas acolhidas por pessoas que compreendiam suas experiências.

Podemos nos questionar se os ambientes familiares e sociais dessas mulheres estão, efetivamente, permitindo um espaço de fala e compartilhamento dos sentimentos inerentes às suas múltiplas existências.

De todo modo, foi notória a necessidade e o benefício que o compartilhamento de suas realidades trouxe para cada uma delas. Tendo o grupo focal atuado como espaço de apoio às suas experiências, fortalecimento ou revisão de suas estratégias de enfrentamento.

Além disso, podemos perceber que o exercício simultâneo de diferentes Joanas, Marias, Anas, Fridas, Íngridas, as quais são mulheres, mães, trabalhadoras ou esposas, pode não possuir o necessário acolhimento em qualquer roda de conversa. A experiência compartilhada com pessoas que experimentaram situações semelhantes parece ter maior efeito e repercussão em relação ao diálogo com pessoas que não o experimentaram.

O apoio social é destacado no trabalho de Rapoport e Piccinini (2006) como benéfico não só para a mãe, mas para o bebê/criança e para a relação conjugal da mulheres mães e esposas. No entanto, esse apoio social refere-se mais fortemente à ajuda no compartilhamento de atividades e divisão dos cuidados com o bebê e a casa com outras pessoas.

Embora as autoras, ao final do artigo, exponham que “cada mãe pode necessitar de diferentes tipos de apoio, em diferentes circunstâncias, quer seja uma orientação, uma ajuda prática ou mesmo algumas palavras de carinho” (RAPOPORT; PICCININI, 2006, p. 94), a orientação e as palavras de carinho foram pouco exploradas neste estudo, bem como na literatura sobre o tema.

Não se pretende minimizar o papel do apoio social prático às mulheres mães e trabalhadoras, muito pelo contrário, eles apresentam consideráveis benefícios para a experiência da maternidade das mulheres (PICCININI, 2002), tendo sido fortemente destacado pelas participantes desta pesquisa. No entanto, o apoio aos sentimentos e emoções das mulheres que atuam em diferentes e, muitas vezes, concorrentes atividades pode ser importante para o manejo adequado de seus medos, culpas, insatisfações, dúvidas e cansaços naturais diante de suas experiências.

São comuns os trabalhos científicos que abordam a percepção ou sentimentos de mães em circunstâncias adversas como gestação na adolescência, patologia fetal, abortamento, patologia materna ou maternidade solitária (mães solteiras). Mas carecem de contemplar as mães que exercem suas maternidades em condições “normais”. Entende-se, desse modo, que há uma deslegitimação ou, minimamente, um não reconhecimento dos conflitos emocionais das mulheres mães, trabalhadoras, esposas, adultas e saudáveis.

Denota-se que a maternidade nesses casos estaria acontecendo em “plenas condições”. Mais uma vez, não se trata de minimizar a experiências das mulheres mães nas situações adversas citadas, mas de legitimar os conflitos que as demais mulheres mães porventura vivam e oferecer-lhes o suporte necessário.

Nesse contexto, percebemos a influência da destinação natural das mulheres como mães. Em situações “normais”, as mulheres teriam plenas condições de seguir no exercício de suas maternidades, mesmo exercendo outras funções que não só a materna. Nesses casos, o conflito, os sentimentos paradoxais, a culpa, o medo e as dúvidas não se justificariam. Desse modo, Ingrid Betancourt ressalta a importância de revelar outros aspectos relacionados à maternidade, embora a sociedade insista em não percebê-los.

“Acho que tem um negócio, também, de glamourizar a maternidade como se fosse algo dos deuses, sabe? E num é. [...] Valoriza muito a mulher na maternidade, mas ela tá perdendo ali no outro campo, da intelectualidade, da essência, do ser (ênfase) humano que ela é”. Ingrid Betancourt.

Como compartilhar socialmente a vontade de ser outro ser que não somente mãe? Como verbalizar em uma roda de conversa informal com as amigas não mães que está em

dúvida entre assumir posições hierárquicas mais altas e não ter filhos ou não ter mais filhos? Como dizer que gostaria de um momento como “esse”, sozinha, longe dos filhos e do marido? Do que reclamar se os filhos estão saudáveis e elas também? Tudo isso em uma realidade social que entende as mulheres como sendo, naturalmente, mães e, dessa forma, inteiramente voltadas à maternidade e tudo a ela relacionado (BARBOSA; ROCHA-COUTINHO, 2007).

Nesse percurso, é importante que as interações sociais dessas mulheres estejam para além das amizades, cujo benefício é reconhecido, mas que pode manter a temática somente no âmbito individual e íntimo. Nesse sentido, Rago (2004) salienta que as amizades recolhem-se à esfera individual e privada, atribuindo **àquela** pessoa e **sua** história os sentimentos e sensações que está vivendo, desvinculando essa pessoa no mundo em que está situada e de todas as “verdades” que esse mundo lhe impõe.

Na mesma percepção, Ortega (2002), em uma viagem sobre o papel da amizade ao longo da história, destaca que a amizade foi tornando-se cada vez mais um recurso à intimidade, ao isolamento e à privatização do mundo vivido. Como o autor expõe “o surgimento da família burguesa constitui elemento principal do processo de privatização, despolitização e intimização próprio da modernidade” (ORTEGA, 2002 p. 105).

Dessa forma, o não relato das experiências das mulheres mães, esposas e trabalhadoras para pessoas que não são mulheres, mães, esposas ou trabalhadoras pode garantir-lhes um “refúgio em que se escapa dos olhares de fora” (ORTEGA, 2002, p. 106), suas críticas e rejeições.

Nesse sentido, a estratégia metodológica definida para o trabalho de campo desta pesquisa mostrou-se profundamente pertinente à realidade de suas participantes. Como traz o título da seção 4.2 “O grupo focal: espaço de fala, reflexão e tomada de consciência”, a interação das mulheres mães, seus relatos e, mais do que isso, suas experiências fizeram dos encontros e, logo, do grupo focal um espaço, verdadeiramente, de fala, reflexão e tomada de consciência.

Pude acompanhar as falas confusas, as perguntas feitas umas às outras para promover uma nova visão da realidade; os olhares piedosos diante de momentos de choro ou de um relato mais triste e cansado; os relatos que visavam acolher, dar esperanças ou, até mesmo, alertar as demais quanto a posturas que deviam assumir ou mudar.

Foram muitos momentos em que as participantes se faziam perguntas de modo a entender melhor a fala de outra e, também, mostrar-lhe outros pontos de vista. Além disso, houve momentos de reflexão conjunta, em que nenhuma delas tinha resposta, mas foram pensando em voz alta e chegaram a um ponto comum.

O vivido compartilhado e não mais silenciado trouxe, mesmo que momentaneamente, sentimentos de satisfação nas mulheres mães e trabalhadoras. Puderam se perceber nas falas umas das outras, falar aberta e livremente sobre seus sentimentos e realidades e serem validadas em suas experiências nada glamorosas, mas incrivelmente reais da maternidade trabalhadora.

Nesse sentido, o grupo focal permitiu às participantes que, percebendo-se umas nas outras, pudessem perceber-se no mundo e, logo, conhecer-se. Fazendo, dessa forma, alusão à Merleau-Ponty (1999, p. 6) “a verdade não habita unicamente no ‘homem-interior’; melhor ainda, não há homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece”.

Infelizmente, se este mundo em que essas mulheres estão possui verdades equivocadas a respeito de suas existências, elas não irão conhecer-se de “verdade”. Sendo assim, outros “mundos” precisam ser revelados a elas, assim como fez o grupo focal, o que foi explicitado na fala de Joana “*que bom que não sou só eu*”. Mais do que apresentar-lhes outros mundos, esse mundo no qual vivemos precisa apresentar-se de modo diferente às mulheres, às mães, às trabalhadoras e às gestantes. Desse modo, o conhecimento que alcançarão de si mesmas ao entrar em contato com esse mundo será mais acolhedor e legitimador dos seus “seres-no-mundo”.

Enquanto o mundo real não é capaz de oferecer a validação de suas existências, faz-se necessário, então, o engajamento dessas mulheres em atividades ou encontros em que possam compartilhar genuína e honestamente seus sentimentos. A audiência de outras mulheres experimentando circunstâncias semelhantes pode oferecer o acolhimento de que necessitam.

Lima e Pereira (2015), analisando o engajamento de mulheres em grupos de danças populares, destacam o papel das relações sociais proporcionadas e estabelecidas nos grupos como via de sororidade⁵. Para além de um simples encontro onde podem dançar e dialogar umas com as outras, os grupos de danças proporcionaram um espaço de discussão política e social, promovendo o encontro delas consigo mesmas, com as ideologias que atravessam nossa cultura, possibilitando que se apropriassem de suas experiências como genuínas, naturais e válidas.

O mesmo benefício do grupo de mulheres, estimulador da sororidade, foi encontrado por Meneghel e colaboradores (2003) em oficinas de promoção de saúde e gênero. As

⁵ O termo “sororidade” não se apresenta como verbete nos dicionários brasileiros. É adotado pelos movimentos feministas em contraposição ao verbete “fraternidade” que apresenta como significados o parentesco entre irmãos; solidariedade de irmãos; união ou convivência como de irmãos; amor ao próximo; harmonia entre os homens; relações harmoniosas entre pessoas da mesma profissão, ocupação, classe etc (Dicionário Michaelis, versão online). Disponível em: < <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=fraternidade>>. Acesso em: 27 de Nov. 2015.

participantes apresentaram mudanças comportamentais que favoreciam a si mesmas e sua atitude diante da realidade em que estavam inseridas.

Nesse sentido, faz-se muito importante o engajamento dessas e outras mulheres, trabalhadoras, mães e esposas em grupos de discussão, reflexão e crítica de suas próprias realidades para que possam sair da inércia cultural em que vivem/viveram e tenham condições de produzir novas práticas e novos saberes.

Desse modo, o grupo focal estabelecido para esta pesquisa proporcionou um espaço que foi além do desabafo a que se referiram. Elas puderam, com a ajuda umas das outras, ter uma reflexão crítica sobre a experiência de serem mulheres, mães, trabalhadoras e esposas. Puderam enxergar os vieses culturais sob os quais estão submetidas e perceberem que estavam deixando a “maré” levá-las. Sendo assim, por meio do diálogo e da troca de informações, experiências e sentimentos, elas se deram conta da “maré” que as conduzia e, ao final dos encontros, já estavam propondo alternativas de enfrentamento dessa maré, nadando contra ela.

Diante disso, em cada encontro, por uma hora aproximadamente, essas mulheres, mães, trabalhadoras e esposas puderam contar suas experiências, olhar novamente para elas e terem novas percepções sobre suas próprias realidades, contribuindo para experiências futuras mais conscientes, autônomas e livres.

Além disso, como salientou Selem (2013) em seu trabalho com mulheres cineastas, as mulheres da presente pesquisa, cada uma a seu modo, foram “sujeitos de seu próprio discurso”. No espaço proporcionado pelo grupo focal, elas foram sujeitos de suas próprias experiências, sentimentos e reflexões, foram protagonistas e não mais antagonistas de seus contextos familiares e sociais, como me referi no início deste trabalho.

4.5 “O MUNDO É NÃO AQUILO QUE EU PENSO, MAS AQUILO QUE EU VIVO”⁶

Quando experimentei a maternidade trabalhadora, tinha somente a minha própria realidade vivida como explicitação desse fenômeno. Ele se mostrava a mim de tal modo que a maternidade, sob a minha perspectiva, era a mais impactada com o exercício do trabalho remunerado.

As minhas expectativas e *a priori*s eram de que as mulheres mães e trabalhadoras viveriam a maternidade de modo conflituoso, pesaroso e, especialmente, revestido de culpa. Afinal, se era de coragem que precisávamos para trabalhar e deixar nossos filhos, então essa

⁶ Merleau-Ponty, 1999, p. 14.

prática não deveria ser a mais adequada. Minhas percepções sobre a maternidade trabalhadora encerravam-se no difícil equilíbrio de tentar ser mulher, mãe e trabalhadora, em que a balança pesaria negativamente para a mãe.

Guiada pelos pensamentos de Merleau-Ponty (1999, p. 4), o qual afirma que “retornar às coisas mesmas é retornar a esse mundo anterior ao conhecimento do qual o conhecimento sempre fala”, dei um passo atrás em minhas próprias experiências e na minha visão particular deste fenômeno e retornei a ele como se não o tivesse experimentado antes, aberta a compreendê-lo de outras formas, a depender de como ele se mostraria a mim quanto mais eu me debruçasse sobre ele. Dediquei-me a viver o fenômeno sob outras perspectivas e não sob a minha forma de pensar sobre ele.

A primeira etapa deste debruçar-me caracterizou-se pelo aprofundamento nos estudos sobre o tema, por meio do qual outras faces do fenômeno foram-me mostradas. A história das mulheres, da maternidade e da maternidade trabalhadora, definitivamente, trouxe-me outra percepção, esclarecedora e chocante, sobre o fenômeno. Somente nessa viagem literária pude experimentar a minha própria experiência de modo mais confortante e libertador. A história e realidade de muitas mulheres de outros tempos e lugares, as quais nunca vi, conheci ou convivi, mostraram-me a construção histórica, social e cultural dos sentimentos que outrora eu mesma experimentava.

Finalmente, a etapa mais marcante do meu “retorno às coisas mesmas” da maternidade trabalhadora foi a escuta das mulheres, mães e trabalhadoras deste estudo. No primeiro encontro, apesar do estudo anterior, elas eram “somente” mulheres, mães e trabalhadoras. Já após o primeiro encontro e durante todos os outros, percebi que elas eram também esposas. Essa realidade era absolutamente óbvia e escancaradamente “mostrada”, mas eu não havia tomado consciência dela.

A minha tomada de consciência sobre essa face do fenômeno só foi possível com o retorno ao fenômeno e audiência de outras pessoas que o experimentaram. Para tanto, precisei silenciar minhas próprias experiências e, especialmente, minha voz, para que as experiências, sentimentos, emoções e vozes das mulheres participantes deste estudo pudessem falar comigo e mostrar-me o fenômeno tal qual elas o experimentavam.

É por isso que, na seção 4.3, ao caracterizá-las, coloco “esposas” entre parênteses, uma vez que, até a realização do estudo, a conjugalidade não se havia mostrado como uma característica marcante para a experiência da maternidade trabalhadora.

O contato com o fenômeno por meio de outras mulheres foi determinante para a minha melhor e diferente compreensão sobre ele. Em vários momentos, aproximei-me da realidade

vivida e relatada das mulheres que eu ouvia. Em outros, distanciava-me completamente. Melhor do que ouvir a experiência do vivido foi observar o fenômeno acontecendo diante de mim, por meio de situações como os atrasos e ausências, saídas antecipadas para resolver questões domésticas, cansaço decorrente da rotina atribulada, atendimento de telefonemas do trabalho ou de casa, emoções vindo à tona com o relato do vivido e, de modo muito especial, o sentimento de sororidade que emergiu com a participação no grupo.

Tudo isso entrou em contato com o meu vivido. Dessa forma, inicialmente, foi ele que me conduziu até o aprofundamento sobre a maternidade trabalhadora. Para isso, precisei me distanciar dele. Com isso, pude percebê-lo de modo mais abrangente. O que me trouxe de volta a mim mesma e mudou a forma como eu vivia a minha maternidade trabalhadora.

Se antes eu sentia culpa ao “deixar” meus filhos para trabalhar, agora eu sinto saudade. Se antes eu me sentia estranhamente corajosa, agora me sinto bravamente corajosa, vitoriosa, mulher, mãe, estudante, trabalhadora, esposa e tudo o mais que eu possa ser.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi motivado por minha experiência particular com o fenômeno e, logo, pelo desejo de uma compreensão mais abrangente sobre o mesmo, que escapasse aos meus *a priori* e tornasse pública uma problemática vivida de modo privado, singular e, talvez, solitário.

Ao oportunizar um momento de troca de experiências, opiniões e sentimentos, o estudo tornou visíveis as lutas, conflitos, desejos, amores e possibilidades de outras mulheres, mães, trabalhadoras e esposas.

Tendo como objetivo descrever fenomenologicamente a relação entre maternidade e trabalho, na perspectiva das mulheres que a experimentaram, o presente trabalho, por meio do grupo focal, proporcionou espaço para o relato, escuta e compartilhamento das experiências das mulheres mães, trabalhadoras e esposas que dele participaram.

Nesse sentido, foi possível compreender que o exercício do trabalho remunerado apresentou-se como o menos impactado com a maternidade, embora exista uma clara redução na disponibilidade extra para as atividades profissionais como levar trabalho para casa ou ficar após o horário. Além disso, a atividade profissional demonstrou ser uma grande via de satisfação e bem-estar das mães trabalhadoras, sendo o ambiente onde mais se sentem úteis, visíveis, reconhecidas e valorizadas.

Infelizmente, o contexto profissional não acolhe genuinamente a trabalhadora mãe ou gestante. Existem barreiras nas práticas e culturas trabalhistas, além da frouxidão nas leis, que dificultam o fluxo natural e indolor das mães trabalhadoras pelo ambiente profissional. Dessa forma, elas precisam adaptar suas novas necessidades e realidades ao contexto de trabalho, uma vez que não há adaptações nos locais de trabalho, mesmo com a existência de leis que, em tese, protegem a mãe trabalhadora.

O arranjo das tarefas domésticas, cuidados maternos e atividade profissional é experimentado por essas mulheres como desafiador e cansativo. Mesmo contando com maridos presentes, ajuda das avós, de babás, creche ou diaristas/empregadas domésticas, as “mulheres maravilha” deste estudo denunciaram uma responsabilidade maior com as atividades domésticas e os cuidados com os filhos.

Desse modo, embora a jornada de trabalho formal se encerre com a saída do local de trabalho, uma nova jornada se inicia ao entrar em seus lares: o cuidado e atenção com os filhos e a realização das atividades domésticas. É natural, desse modo, que se sintam extremamente cansadas e com pouca disponibilidade de tempo, inclusive para a participação

no estudo. Ao mesmo tempo, percebem a interação com o esposo como profundamente reduzida em meio a tantas tarefas imediatas a serem desempenhadas: trabalho, filhos, casa.

Na verdade, a conjugalidade demonstrou ser a relação mais fortemente prejudicada com o arranjo das diferentes funções das participantes deste trabalho. Considerando as exigências sociais para serem boas mães, a exigência contratual e ética de manutenção de um bom desempenho no emprego e o fato do contexto doméstico exigir de modo mais marcante o exercício da mãe e da dona-de-casa, a esposa acabou sucumbindo.

Quanto à maternidade propriamente dita, ela caracterizou-se como pano de fundo para todas as discussões. O cansaço, a dificuldade de ser o que desejam, as lutas diárias com as pessoas com as quais convivem para serem aceitas como são, o estarecimento diante de uma sociedade ainda desacostumada ou repressora das mães trabalhadoras somaram-se como principais temas dos encontros.

As mães deste estudo sentem-se bem como mães, estão satisfeitas com o desempenho dessa função, a qual consideram fonte de “surreal” bem-estar. No entanto, nem sempre encontram nos ambientes públicos, e até mesmo familiares, apoio e validação para serem mães em paralelo a outras formas de existir como trabalhadoras, esposas, amigas, estudantes, mulheres, loucas, brutas, “periguetes” ou, simplesmente, humanas.

Desse modo, existir de outras maneiras para além da maternidade é existir paradoxalmente. É ser feliz por ser além e sofrer por ter ido além. É acreditar que podem e são mais do que somente mães, mas sofrerem as consequências, os desgastes e os cansaços de se manterem para além da maternidade. Além disso, é sentir e, frequentemente, não poder compartilhar por não encontrar tempo, espaço ou audiência favorável para este paradoxo existencial.

Nesse sentido, o grupo focal apresentou-se como via de desabafo, compartilhamento, alívio e (re)entendimento de suas próprias experiências por meio do contato com outras mulheres com experiências similares, indo muito além de uma estratégia metodológica. A experiência grupal possibilitou a validação de seus sentimentos, de suas existências e proporcionou espaço para questionamentos, reflexões e novas percepções de si mesmas e dos contextos em que estão inseridas.

A participação de mais mulheres no grupo poderia ter contribuído para uma diversidade maior de experiências, opiniões, sensações e sentimentos, permitindo, dessa forma, uma compreensão mais ampla do fenômeno. Isso porque as mulheres do estudo compartilham a mesma classe econômica, escolaridade, estado civil e residem em locais próximos. Ouvir a experiência de mulheres, mães e trabalhadoras solteiras, de baixa renda

e/ou divorciadas contribuiria ainda mais para o entendimento do fenômeno, uma vez que ele não se esgota nas experiências das mulheres que fizeram parte deste trabalho.

Outra experiência que ainda precisa ser melhor compreendida é a de mães em dupla, ou seja, mulheres homossexuais que decidem ser mães. Considerando os preconceitos existentes em nossa sociedade e as limitações adicionais para um existir validado socialmente.

Além disso, conhecer o fenômeno sob a ótica das mulheres deste estudo trouxe à tona a necessidade de conhecê-lo sob a perspectiva dos homens, esposos, pais e trabalhadores e compreender como eles vivem essa realidade, quais são seus sentimentos e sensações relacionados. Além disso, entender como eles compreendem a experiência de suas próprias esposas ou de outras mulheres.

O método fenomenológico possibilitou conhecer o fenômeno da maternidade trabalhadora sob a perspectiva daquelas que experimentam diariamente suas alegrias e desafios, alívios e angústias, satisfações e exigências e o paradoxo existencial a ele inerente. Que a voz das mulheres, mães, trabalhadoras e esposas deste estudo falem em nome daquelas que não tem oportunidade, validação ou autorização para se posicionar, lutar ou existir. Que as vozes não silenciadas sejam ouvidas por seus familiares, por suas comunidades, pelas organizações e instituições empregadoras, bem como pelas instituições públicas e legislativas, para que sejam melhor compreendidas, aceitas e validadas. Sendo assim, elas poderão ser elas mesmas de modo menos desafiador, difícil ou cansativo. Dessa maneira, a coragem de que precisarão não será para lutar ou enfrentar as exigências sócio-culturais androcentradas, mas para ir além, para ser o que desejam ser.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. S. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia-UFF**, v.19, n. 2, p. 411-422, jul/dez. 2007.

AMATUZZI, M. Etapas do processo terapêutico: Um estudo exploratório. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 9, p. 1-21, 1993.

_____. Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. **Estudos de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 5-10, 1996.

_____. Pesquisa Fenomenológica em Psicologia. In: **Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas**. Campinas, SP: Alinea, 2003.

ÁVILA, R. C.; PORTES, E. A. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, 809-832, setembro/dezembro, 2012.

ARAÚJO, M.F. Gênero e família na construção de relações democráticas. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

ARIÉS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ASCHIDAMINI, I. M.; SAUPE, R. Grupo focal: estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico. **Cogitare enferm**, v. 9, n. 1, p. 9-14, 2004.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. **O conflito: a mulher e a mãe**. São Paulo: Record, 2011.

BARBOSA, P. Z.; ROCHA-COUTINHO, M. L. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 163-185, 2007.

BARBOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BELLO, A. A. **Introdução à Fenomenologia**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BELTRAME, G.R.; DONELLI, T. M. S. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, n. 38-39, p. 206-217, 2012.

BOCK, A.M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M.L. **Psicologias: uma introdução ao estudo da Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.

BOËMER, M. R. A condução de estudos segundo a metodologia de investigação fenomenológica. **Rev. Latino Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 83-94, janeiro, 1994.

BORIS, G. A (pouco conhecida) contribuição de Brentano para as psicoterapias humanistas. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. XVII, n.2, p. 193-197, jul-dez, 2011.

BRASIL. **Decreto nº 8.556**, de novembro de 2015. Regulamenta a Lei nº 11.265, de janeiro de 2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11265.htm>. Acesso em: 10 de Nov. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 229**, de 28 de fevereiro de 1967. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0229.htm>. Acesso em: 10 de Nov. 2015.

_____. **Decreto-lei nº 5.452**, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 10 de Nov. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct>. Acesso em: 10 de Nov. 2015.

_____. **Lei dos Benefícios da Previdência Social**, lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm>. Acesso em: 10 de Nov. 2015.

_____. **Lei 8.112**, de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso em: 15 de Dez. 2015.

_____. **Lei nº 11.265**, de janeiro de 2006. Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11265.htm>. Acesso em: 10 de Nov. 2015.

_____. Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). **Nota técnica conjunta nº 10/2010**. Anvisa e Ministério da Saúde. 2010. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sala_apoio_amamentacao_empresas.pdf>. Acesso em: 10 de Nov. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde da Criança: Nutrição Infantil**. Aleitamento Materno e Alimentação Complementar. Caderno de Atenção Básica, nº 23. Brasília, 2009.

BRENTANO, F. C. **Descriptive Psychology**. Routledge, 2012.

_____. **Psychology from an empirical standpoint**. Routledge, 2014.

BRUSCHINI, M.C.A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 110, p. 67-104, 2000.

_____. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Desafios da equidade**, p. 157-196, 2001.

_____. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e trabalho**, v. 2, 2011.

BRUSCHINI, M. C.; RICOLDI, A. M. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. **Cadernos de pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 93-123, 2009.

_____. Revendo estereótipos: o papel dos homens no trabalho doméstico. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.1, p.259-287, janeiro-abril, 2012.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R.; UNBEHAUM, S. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. **O progresso das mulheres no Brasil**. Brasília. 2006. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/Progresso%20das%20Mulheres%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 08 de Jun. 2014.

BRUSCHINI, C. et al. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. **O progresso das mulheres no Brasil: 2003 a 2010**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/progresso.pdf>>. Acesso em: 08 de Jun. 2014.

CASTRO, T.; GOMES, W. Movimento Fenomenológico: Controvérsias e Perspectivas na Pesquisa Psicológica. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Abr-Jun, v. 27 n. 2, p. 233-24, 2011.

CAIXETA, S.P. Anos dourados: a mulher-maravilha e o papel da mulher norte-americana durante a 2ª Guerra Mundial. **Temática**, v. 8, n. 04, 2012.

CARLINI-COTRIM, B. Potencialidades da técnica qualitativa grupo focal em investigações sobre abuso de substâncias. **Revista de Saúde Pública**, v. 30, n. 3, p. 285-293, 1996.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

CRESCÊNCIO, C.L.; MELLO, S.C. O trabalho dignifica o homem, mas e a mulher? O riso na imprensa feminista do cone sul. **Revista Ártemis**, v. 15, n. 1, 2013.

CYRINO, R. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun., p. 66-92, 2009.

DE ANTONI, C. et al. Grupo focal: Método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 53, n.2, 38-53, 2001.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 223-240, 2013.

DEPRAZ, N. **Compreender Husserl**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DE SOUZA, L. K.; HUTZ, C. S. Relacionamentos pessoais e sociais: Amizade em adultos. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 257-265, 2008.

DIAS, C. A. Grupo focal: técnica de coleta de dados em pesquisas qualitativas. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 10, n. 2, 2000.

FERREIRA, C.R.C.; TANURE, L.M.; FERREIRA, D. C. Adaptações maternas à gravidez. In: CORRÊA, Mário Dias (Coord.). **Noções práticas de obstetrícia**. 14. ed. Belo Horizonte, MG: Coopmed, 2011

FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do Pensamento Psicológico**. Petrópolis: Vozes, 1991.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 510-553, 2013.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GOMES, A.J.S.; RESENDE, V.R. O Pai Presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, pp. 119-125, 2004.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, lei no 8.609, de 13 de Julho de 1990. Secretaria de Políticas Públicas para Crianças, Adolescentes e Juventude, 4ª edição, julho de 2015.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Being and time**: a translation of Sein und Zeit. SUNY Press, 1996.

HUSSERL, E. **La filosofia como ciência estricta**. Buenos Aires: Editorial Nova, [19--?].

_____. **Investigações lógicas**: sexta investigação: elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento (Os pensadores). São Paulo: Nova Cultural, 1992.

_____. **Meditações cartesianas**: introdução à fenomenologia. São Paulo: Madras, 2001.

_____. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2009. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2009/>>. Acesso em: 27 de Mar. 2014.

_____. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2013. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2013/>>. Acesso em: 05 de Jun. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Sistema de Indicadores da Percepção Social: tolerância social à violência contra as mulheres**. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em: 27 Mar. 2014.

JONATHAN, E.G.; SILVA, T.M.R. Empreendedorismo feminino: tecendo a trama de demandas conflitantes. **Psicologia & Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 77-84, 2007.

KIND, L. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, jun., 2004.

LIMA, B. **Teto de Vidro ou Labirinto de Cristal? As Margens Femininas das Ciências**. Brasília. 2008. 133 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

_____. Labirinto de Cristal: as trajetórias das cientistas na física. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.21, n.3, p. 883-903, 2013.

LIMA, M.A.V.; PEREIRA, O.P. Para que dançam as mulheres? Teoria dos afetos de Spinoza e prática psicossocial nas danças populares. In: PEREIRA, O.P. (org.). **Saúde mental, ética e política: vidas dissidentes e práticas psicológicas contra-hegemônicas**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

LOBO, S. As condições de surgimento da mãe “suficientemente boa”. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v.42, n. 4, 67-74, 2008.

MACIEL, J. C. Franz Clemens Brentano e a Psicologia. In: **Psicologia e Fenomenologia: reflexões e perspectivas**. Campinas, SP: Alinea, 2003.

MADALOZZO, R.; MARTINS, S. R.; SHIRATORI, L. Participação no mercado de trabalho e trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 547-566, 2010.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. **A pesquisa qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos**. 2ª ed. São Paulo: Moraes, 1994.

MATTHEWS, E. **Compreender Merleau-Ponty**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARX, M.; HILLIX, W. **Sistemas e Teorias em Psicologia**. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

MENEGHEL, S. N. et al. Impacto de grupos de mulheres em situação de vulnerabilidade de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, p. 955-963, 2003.

MERLEAU-PONTY, M. **O primado da percepção e suas consequências filosóficas**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

_____. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **O visível e o invisível**. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **O olho e o espírito**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

MEULDERS, D. et al. Trabalho e maternidade na Europa, condições de trabalho e políticas públicas. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 611-640, 2007.

MONTENEGRO, C.A.B.; REZENDE FILHO, J.de. Modificações do organismo materno. MONTENEGRO, C.A.B.; REZENDE FILHO, J.de. **Rezende obstetrícia**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan, 2010.

MOREIRA, V. O Método Fenomenológico de Merleau-Ponty como Ferramenta Crítica na Pesquisa em Psicopatologia. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 17, n. 3, p. 447-456, 2004.

MOURA, S. M. S. R; ARAÚJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia, Ciência & Profissão**, v. 24, n. 1, p. 44-55, 2004.

NAKANO, A. N. S. **O aleitamento materno no cotidiano feminino**. Ribeirão Preto. 1996. 159 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

NASCIMENTO, A. R. A.; GIANORDOLI-NASCIMENTO, I. F.; TRINDADE, Z. A. A representação social do trabalho feminino para homens casados. **Mental**, v. 6, n. 11, p. 145-164, 2008.

NASCIMENTO, M. F. D. Ser mulher na Idade Média. Textos de História. **Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB**, v. 5, n. 1, p. 82-91, 1997.

NUNES, S. A. Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p.101-115, 2011.

OLIVEIRA, S. C. et al. Maternidade e trabalho: uma revisão da literatura. **Revista Interamericana de Psicologia**. v. 45, n. 2, p. 271-28, 2011.

OLIVEIRA, A. F.; PELLOSO, S. M. Paradoxo e conflitos frente ao direito de ser mulher. Acta Scientiarum. Health Sciences, **Maringá**, v. 26, n. 2, p. 279-286, 2004.

ORTEGA, Francisco. **Genealogia da amizade**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2002.

PATEMAN, C. **O Contrato Sexual**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

PERLIN, G.; DINIZ, G. Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade. **Psicologia clínica**, v. 17, n. 2, p. 15-29, 2005.

PICCININI, C. A. et al. Apoio social percebido por mães adolescentes e adultas: da gestação ao terceiro mês de vida do bebê. **Psico** (Porto Alegre), v. 33, n. 1, p. 9-35, 2002.

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 851-859, 2009.

PINSKY, C. B. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 607-639, 2013.

POESCHL, G. Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. **Análise Social**, v. 35, n.156, p. 695-719, 2000.

POSSATTI, I.C.; DIAS, M. R. Multiplicidade de papéis da mulher e seus efeitos para o bem-estar psicológico. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 2, p. 293-301, 2002.

RAGO, M. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. **Poéticas e políticas feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, p. 31-41, 2004.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 578-606, 2013.

RAMÓN, S. A Importância da Act-Psychology de Franz Brentano. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n. 2, p. 340-345, 2006.

RAPOPORT, A.; PICCININI, C.A. Apoio social e experiência da maternidade. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006.

ROCHA-COUTINHO, M.L. Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira, e as relações familiares. In: FERES-CARNEIRO; T. (org.). **Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

_____. De volta ao lar: mulheres que se afastaram da carreira profissional para melhor se dedicar aos filhos. Retrocesso ou um “novo” modelo de família? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

ROCHA-COUTINHO, M. L.; LOSADA, B. L. Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 3, p. 493-502, set./dez, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. Trabalho feminino e capitalismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2009.

SAMPIERI, R.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCAVONE, L. Transformações na família e nas relações de gênero. **Interface Comunic., Saúde, Educ.**, v.5, n.8, p. 47-60, 2001.

SCHULTZ, D. P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. 14^a ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

SEGATO, R. L. O Édipo Brasileiro: a dupla negação de gênero e raça. In: STEVENS, C. (Org.). **Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Ed. Mulheres/EDUNISC, 2007.

SELEM, M. C. O. **Políticas e poéticas feministas: Imagens em movimento sob a ótica de mulheres latino-americanas**. Campinas. 2013. 310 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Anuário das Mulheres Empreendedoras e Trabalhadoras em Micro e Pequenas Empresas**. 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario_Mulheres_Trabalhadoras.pdf>. Acesso em: 05 de Jun. 2014.

SILVA, M. C.; JORGE, A. R.; QUEIROZ, A. Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas. **Configurações. Revista de sociologia**, n. 9, p. 135-159, 2012.

SILVA, A.C.; MEDEIROS, M.M. Sexualidade e a história da mulher na Idade Média: a representação do corpo feminino no período medieval nos séculos X a XII. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 7, n. 14, 2014.

SOUZA, D. B. S.; FERREIRA, M. C. Auto-estima pessoal e coletiva de mães e não-mães. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 19-25, jan./abr., 2005.

SOUZA, L.R.; RIOS-NETO, E.L.G.; QUEIROZ, B.L. A relação entre parturição e trabalho feminino no Brasil. **Rev. bras. estud. popul.** [online]. 2011, vol.28, n.1. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982011000100004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-3098. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982011000100004>>. Acesso em: 10 de Nov. 2015.

SOUZA, N.H.S. et al . Famílias com casais de dupla carreira e filhos em idade escolar: estudo de casos. **Aletheia**, Canoas, n. 26, dez. 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942007000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 16 de Nov. 2015.

SWAIN, T. N. Meu corpo é um útero? In: STEVENS, C. (Org.). **Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Ed. Mulheres/EDUNISC, 2007.

_____. Feminismo e recortes do tempo presente: mulheres em revistas “femininas”. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 3, p. 67–81, 2001.

TIMM, F.B; PEREIRA, O.P.; GONTIJO, D.C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Revista Psicologia Política**, v. 11, n. 22, p. 247-259, 2011.

VANALLI, A. C. G.; BARHAN, E. J. Após a licença maternidade: a percepção de professoras sobre a divisão as demandas familiares. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 1, p. 130-138, 2012.

VENÂNCIO, R. P. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p.189-222, 2013.

VINAGRE, R. D.; DINIZ, E. M. A.; VAZ, F. A. C. Leite humano: um pouco de sua história. **Pediatria**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 340-345, 2001.

YANNOULAS, S.C. **Dossiê: Políticas Públicas e Relações de Gênero no Mercado de Trabalho**, Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

_____. (coord.). **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões**. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

ZILLES, U. Introdução. In: HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Porto Alegre: EDIPURS, 2002.

APÊNDICE A – Cartaz de divulgação do Grupo Focal

Grupo Focal “Ser mulher, mãe e trabalhadora”



Olá, Mulher, mãe e trabalhadora!

Tem interesse em debater sobre a experiência da maternidade aliada ao trabalho? Inscreva-se no grupo focal que irá abordar o tema e faça parte de uma pesquisa de mestrado da Universidade Católica de Brasília.

As interessadas podem enviar email para isabelaparente@gmail.com.

Obrigada!

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



A Senhora está sendo convidada a participar do projeto: "Vai ter coragem? Uma descrição fenomenológica da relação entre maternidade e trabalho", sob responsabilidade da Professora Ondina Pena Pereira e da aluna Isabela Parente Quadrelli.

O objetivo desta pesquisa é descrever fenomenologicamente a relação entre maternidade e trabalho. Esta pesquisa justifica-se, pois é notável a presença de mulheres mães e trabalhadoras no mercado de trabalho, bem como os conflitos e sentimentos ambivalentes que vivenciam em virtude de demandas e estereótipos sociais que determinam qual é o papel da mulher.

A senhora receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá, sendo mantido o mais rigoroso sigilo por meio da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-la. A senhora pode se recusar a responder e ou participar de qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para a senhora.

Sua contribuição para a pesquisa envolve a participação no grupo focal intitulado "Ser mulher, mãe e trabalhadora". O grupo será composto por seis mulheres mães e trabalhadoras e consistirá em quatro encontros com duração máxima de duas horas cada. Os encontros serão agendados de acordo com a disponibilidade das participantes, não excedendo a um intervalo de 15 dias entre um encontro e outro. O grupo focal será realizado no campus I da Universidade Católica de Brasília, localizado na região administrativa de Taguatinga, área Sul. A participação no grupo focal é gratuita.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade Católica de Brasília, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais utilizados na pesquisa ficarão sobre a guarda da pesquisadora. Nenhuma informação compartilhada no grupo focal será divulgada no grupo "Mães amigas de Águas Claras e Região", não tendo a pesquisa qualquer vínculo com este grupo.

Este projeto possui o benefício de possibilitar às mulheres participantes o compartilhamento de experiências, sentimentos e vivências, a reflexão sobre os aspectos compartilhados e a apropriação de suas histórias. Apresenta o risco de suscitar questões particulares e mobilizar emocionalmente as participantes. Esses riscos serão minimizados por meio do acolhimento da pesquisadora, também psicóloga, e em casos mais específicos, no encaminhamento das participantes para a rede pública de atendimento.

Se a Senhora tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor, telefone para Isabela Parente Quadrelli, no telefone (61) 99710044, nos horários de 8h às 20h.

Este projeto foi Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCB, número do protocolo _____. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos também pelo telefone: (61) 3356-9784.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o voluntário da pesquisa.

Nome / assinatura

Pesquisador Responsável
Isabela Parente Quadrelli

Brasília, ____ de ____ de ____